



B20 Brasil

COMUNICADO EXECUTIVO

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS AO G20

B20 Brasil

COMUNICADO EXECUTIVO

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS AO G20

LIDERANÇA DO B20 BRASIL

Dan Ioschpe
Chair do B20

Antonio Ricardo Alvarez Alban
Presidente do Conselho Consultivo
Presidente da Confederação Nacional da Indústria

Constanza Negri Biasutti
Sherpa do B20

LIDERANÇA DAS FORÇAS-TAREFAS E DO CONSELHO DE AÇÃO

Francisco Gomes Neto
Líder da Força-Tarefa de Comércio e Investimento

Walter Schalka
Líder da Força-Tarefa de Emprego e Educação

Ricardo Mussa
Líder da Força-Tarefa de Transição Energética e Clima

Fernando de Rizzo
Líder da Força-Tarefa de Transformação Digital

Luciana Antonini Ribeiro
Líder da Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura

Claudia Sender
Líder da Força-Tarefa de Integridade e Compliance

Gilberto Tomazoni
Líder da Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura

Paula Bellizia
Presidente do Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios



B20 Brasil

COMUNICADO EXECUTIVO

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS AO G20

© 2023. B20 Brasil

A reprodução de qualquer parte deste material é autorizada desde que a fonte seja citada.

Secretariado B20 Brasil

CNI

Gerência de Comércio e Integração Internacional – GCII

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

B364b

B20 Brasil.

Comunicado final do B20 Brasil: recomendações de políticas para o G20 / B20. –
Brasília : B20, 2024.

65 p. : il.

1. Economia Global 2. Crescimento Econômico 3. Sustentabilidade I. Título.

CDU: 330.34

B20 Brasil

Setor Bancário Norte

Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen

70040-903 – Brasília – DF

b20brazil@cni.com.br

ÍNDICE

PREFÁCIO PELO CHAIR DO B20	6
PREFÁCIO PELO PRESIDENTE DA CNI	7
DECLARAÇÃO INICIAL	8
SEÇÃO 1 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES E SINERGIAS	10
Princípio Orientador 1: Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades	12
Princípio Orientador 2: Acelerar uma transição justa para emissões líquidas zero	15
Princípio Orientador 3: Aumentar a produtividade por meio da inovação	18
Princípio Orientador 4: Reforçar a resiliência das cadeias globais de valor	21
Princípio Orientador 5: Valorizar o capital humano	24
SEÇÃO 2 – RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS E AÇÕES PROPOSTAS PELAS FORÇAS-TAREFA E PELO CONSELHO DE AÇÃO DO B20	26
Força-tarefa de Comércio e Investimento	27
Força-tarefa de Emprego e Educação	31
Força-tarefa de Transição Energética e Clima	35
Força-tarefa de Transformação Digital	39
Força-tarefa de Finanças e Infraestrutura	43
Força-tarefa de Integridade e Compliance	47
Força-tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura	51
Conselho de Ação de Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios	53
SEÇÃO 3 – LEGADO DO B20 BRASIL	60
ANEXO 1 – SUMÁRIO DE RECOMENDAÇÕES	62
ANEXO 2 – PARCEIROS DO B20	74



PREFÁCIO PELO CHAIR DO B20

Como Chair do B20 Brasil, é uma honra para mim apresentar nosso comunicado final. Este documento é o resultado dos nossos esforços coletivos para abordar alguns dos desafios mais urgentes que a economia global enfrenta hoje.

Desde o surto da covid-19 em 2020, o mundo passou por desafios sem precedentes. Choques adicionais, como a inflação e os conflitos geopolíticos, dificultaram ainda mais a recuperação econômica. Nesse contexto difícil, o B20 Brasil manteve-se firme no seu compromisso com a promoção do crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável.

O tema da edição de 2024, “Crescimento inclusivo para um futuro sustentável”, está alinhado com as prioridades do G20 e ressalta o nosso compromisso com o desenvolvimento social e econômico sustentável e inclusivo. Propomos recomendações focadas na segurança alimentar, na utilização de fontes de energia renováveis, nas práticas sustentáveis, na digitalização e na governança ética para construir uma economia global resiliente. Essas recomendações baseiam-se em cinco princípios orientadores: promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades; acelerar uma transição justa para emissões líquidas zero; aumentar a produtividade por meio da inovação; reforçar a resiliência das cadeias globais de valor; e valorizar o capital humano.

Um pilar de nossos esforços tem sido o Programa Legado B20 Brasil, que ressalta nosso compromisso com o impacto contínuo. Com base no trabalho de nossos antecessores e criando uma base sólida para nossos sucessores, este programa foi concebido para garantir que nossas iniciativas deixem uma impressão significativa e duradoura no desenvolvimento global.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão a todos aqueles que contribuíram para o B20 Brasil. Reconheço os incríveis esforços dos Chairs, e Co-Chairs e membros das forças-tarefas, cuja experiência e comprometimento impulsionaram nossas iniciativas. Também gostaria de agradecer à equipe do Secretariado e à CNI, bem como ao nosso Parceiro Principal, Parceiros de Conhecimento e Parceiros de Rede, pelo trabalho incansável e planejamento cuidadoso para garantir que nossas metas fossem alcançadas com excelência. Além disso, gostaria de agradecer o aconselhamento estratégico e o apoio do Conselho Consultivo e do International Advocacy Caucus, que foram fundamentais na definição da nossa visão e impacto.

Ao concluirmos este ciclo, gostaria de reafirmar o compromisso do B20 em colaborar com o G20. Estamos empenhados em traduzir as nossas recomendações práticas em ações concretas e esperamos continuar o diálogo e a colaboração. Juntos podemos moldar um futuro mais inclusivo e sustentável.

Atenciosamente,

Dan Ioschpe
Chair do B20 Brasil



PREFÁCIO PELO PRESIDENTE DA CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) participa ativamente do B20 desde que o grupo foi criado. Neste ano, como organização anfitriã do B20 Brasil, a CNI liderou um processo inclusivo e eficaz que visa fortalecer a voz do setor privado nas discussões sobre políticas econômicas globais nos países do G20.

O B20 Brasil foi lançado, oficialmente, em janeiro, em evento realizado no Rio de Janeiro, seguido pela preparação cuidadosa de policy papers por sete forças-tarefas e um Conselho de Ação. Cada grupo reuniu-se mensalmente para discutir, redigir e aperfeiçoar recomendações de políticas, garantindo o alinhamento com as prioridades do G20, além da adesão a princípios rigorosos de independência, consistência, análise baseada em evidências, impacto, especificidade e medidas práticas.

Essa abordagem garantiu que as nossas propostas fossem relevantes, direcionadas e práticas. Finalizados os policy papers, o B20 lançou uma ampla campanha de divulgação, organizando e participando de vários eventos para promover as recomendações e buscar o envolvimento com as principais partes interessadas, incluindo o G20. Nosso objetivo é garantir a adoção e os impactos das recomendações.

Com esse processo abrangente, o Brasil obteve dois benefícios fundamentais. Em primeiro lugar, ao sediar o B20, o País pôde demonstrar seu compromisso em pautar a agenda econômica global. O trabalho destacou a importância estratégica da nossa indústria e o alinhamento do setor produtivo brasileiro com os padrões e as melhores práticas internacionais. Além disso, permitiu que o Brasil capitalizasse seus pontos fortes em áreas como agricultura, energia e transformação digital.

Em segundo lugar, nosso País emerge dessa experiência com uma rede fortalecida de parcerias internacionais e um compromisso maior com a promoção da inovação, da sustentabilidade e do crescimento inclusivo, que continuarão beneficiando a economia brasileira.

Com vistas a perpetuar o impacto do B20, construímos também o legado B20 para o Brasil. As reflexões e as discussões sobre as questões globais, invariavelmente, fomentam a ação do empresariado brasileiro sobre temas locais. É o mundo dando ao Brasil combustível para buscarmos o aumento da competitividade e promovermos a neointustrialização em novas bases. Assim, os resultados do B20 Brasil nos ajudarão a avançar na agenda doméstica, garantindo que a nossa participação no cenário global traga benefícios concretos para o país.

Ao entregarmos a presidência do B20 à África do Sul, reafirmamos nosso compromisso com a continuidade e a relevância desse fórum. Esperamos apoiar a África do Sul e trabalhar em conjunto para construir um futuro melhor para todos.

Atenciosamente,

Ricardo Alban
Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



DECLARAÇÃO INICIAL

Nós, Business 20 ("B20") Brasil, representantes empresariais dos países do Grupo dos 20 (G20), apresentamos nosso comunicado.

Esta declaração está dividida em três partes:

- Seção 1 – Princípios Orientadores e Sinergias: nesta seção, o tema do B20 Brasil "Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável" é apresentado e resumido em cinco princípios orientadores específicos, cada um detalhando as principais áreas de sinergia nas recomendações do grupo.
- Seção 2 – Recomendações de Políticas das Forças-Tarefas e do Conselho de Ação do B20: Esta seção contém os resumos executivos dos oito Documentos de Orientação desenvolvidos como parte do ciclo do B20 Brasil 2024 e descreve suas recomendações de políticas, ações políticas e indicadores-chave de prioridade.
- Seção 3 – Legado do B20 Brasil: Esta seção apresenta os três pilares do Legado do B20 Brasil, que visam impulsionar mudanças positivas e promover a colaboração entre os setores público e privado após a atual presidência.

Reconhecendo o papel crucial do setor privado na promoção e consolidação do lema da Presidência Brasileira do G20, "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável", o B20 Brasil, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), definiu o tema deste ano como "Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável". O B20 Brasil buscou unir líderes empresariais dos países do G20 e alavancar seu conhecimento e experiência coletivos para traduzir nossa visão em resultados tangíveis, acionáveis e mensuráveis.

O tema do B20 Brasil desdobra-se em cinco princípios orientadores que têm norteado o trabalho de nossas Forças-tarefas e do Conselho de Ação:

- Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades;
- Acelerar uma transição justa para emissões líquidas zero;
- Aumentar a produtividade por meio da inovação;
- Reforçar a resiliência das cadeias globais de valor (CGV);
- Valorizar o capital humano.

Alinhados aos Princípios Orientadores, as forças-tarefas e o Conselho de Ação do B20 Brasil prepararam recomendações coerentes e complementares. Essas recomendações convergem em áreas de sinergia que, em conjunto, formulam uma abordagem integrada para implementar os Princípios Orientadores em medidas concretas.

Combinado com os esforços para desenvolver recomendações acionáveis e abrangentes para o G20, o B20 Brasil deu um passo além e desenvolveu um Programa Legado triplo que visa alcançar impacto duradouro e melhoria contínua nas práticas de negócios globais:

- **B20-B20:** Garantir a continuidade nas edições do B20, facilitando a transição para o país anfitrião do próximo ano, a África do Sul;
- **B20-Sociedade:** Promover iniciativas de longo prazo para ampliar o impacto do B20 no dia a dia das pessoas;
- **B20-Brasil:** Apresentar recomendações ao setor privado brasileiro e a outras partes interessadas relevantes para impulsionar a ação sobre questões prioritárias para o Brasil.

Este comunicado reflete o esforço coletivo e o pensamento estratégico do B20 Brasil e serve como um roteiro para ações futuras. Ele reforça o nosso compromisso em enfrentar os desafios econômicos globais e promover o desenvolvimento sustentável. Estamos confiantes de que as bases lançadas este ano abrirão caminho para mais progressos e resultados impactantes nos próximos anos.

O B20 está empenhado em continuar o seu compromisso e trabalhar com o G20 para implementar esses resultados políticos e expandir as nossas iniciativas existentes. Estamos disponíveis para parcerias colaborativas duradouras com a Presidência do G20 e os ciclos subsequentes do B20 para apoiar a realização do nosso objetivo de crescimento inclusivo para um futuro sustentável.





SEÇÃO 1 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES E SINERGIAS

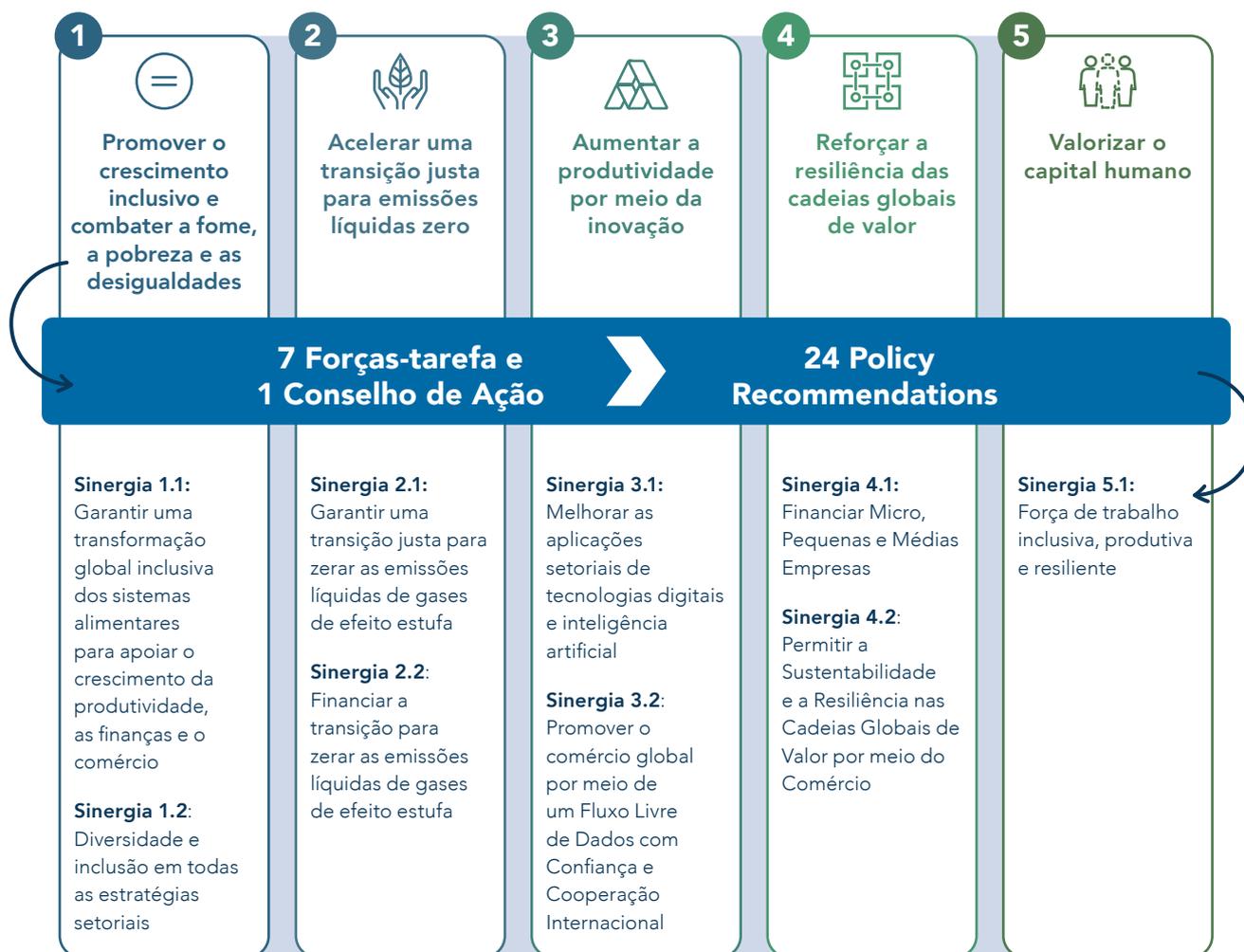
- Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades
- Acelerar uma transição justa para emissões líquidas zero
- Aumentar a produtividade por meio da inovação
- Reforçar a resiliência das cadeias globais de valor
- Valorizar o capital humano



Princípios Orientadores e Sinergias

A busca do B20 Brasil por “Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável” é articulada por meio de cinco Princípios Orientadores que tem norteado as recomendações das Forças-tarefa e do Conselho de Ação.

Essas **recomendações convergem em áreas de sinergia**, combinando soluções específicas de setores para promover uma abordagem holística no avanço dos **Princípios Orientadores**.”





PRINCÍPIO ORIENTADOR 1



Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades

A pandemia de covid-19 prejudicou significativamente os esforços globais de redução da pobreza e representa o maior revés desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados do Relatório Mundial da Desigualdade ainda mostram que as desigualdades globais são acentuadas, com a metade mais pobre possuindo apenas 2% da riqueza total, enquanto os 10% mais ricos possuem 76%¹. Além disso, a participação das mulheres na renda total do trabalho aumentou de quase 30% em 1990 para menos de 35% atualmente, mas a desigualdade de renda entre os gêneros continua alta. Em 2022, entre 691 e 783 milhões de pessoas enfrentavam a fome, 122 milhões a mais do que em 2019. Até 2030, espera-se que quase 600 milhões de pessoas estejam cronicamente subnutridas sendo que as mulheres e os moradores de áreas rurais são desproporcionalmente afetados pela insegurança alimentar.²

Dada a complexidade desses desafios, é necessária uma estratégia abrangente para combater a fome, a pobreza e as desigualdades, incluindo a expansão das medidas de proteção social, o uso de tecnologias digitais para melhorar a eficiência dos serviços públicos, o apoio direcionado a pequenas empresas e autônomos e o apoio do governo para fortalecer o setor agrícola. Além disso, a colaboração entre os setores público e privado é crucial para melhorar a segurança alimentar e a nutrição.³

Com esse objetivo em mente, o B20 Brasil estabeleceu esse princípio orientador para garantir que suas recomendações abranjam de forma holística todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Esta abordagem levou a propostas em diversas áreas para melhorar o bem-estar e reduzir as desigualdades no acesso a oportunidades e recursos. Os principais objetivos incluem a transformação dos sistemas alimentares globais, a alavancagem do comércio para o desenvolvimento sustentável, a promoção da inclusão por meio de oportunidades de educação adequadas, a garantia de locais de trabalho justos e seguros e a promoção de uma governança empresarial responsável e sustentável.

Duas importantes áreas de sinergia foram identificadas nas recomendações do B20 Brasil:

Sinergia 1.1: Garantir uma transformação global inclusiva dos sistemas alimentares para apoiar o crescimento da produtividade, as finanças e o comércio

Sinergia 1.2: Diversidade e inclusão em todas as estratégias setoriais

1 CHANCEL, Lucas; PIKETTY, Thomas; SAEZ, Emmanuel; ZUCMAN, Gabriel. **World inequality report 2022**. 2022. Disponível em: <https://wir2022.wid.world/download/>. Acesso em: 6 de agosto de 2024.

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA - FAO; FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA - IFAD; FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS DAS NAÇÕES UNIDAS - WFP; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **The state of food security and nutrition in the world 2023**. 2023. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/2241e4d7-dbc-46e9-ab05-70db6050ccf9>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

3 NAÇÕES UNIDAS. **Ending poverty and hunger once and for all: is it possible?** 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/ending-poverty-and-hunger>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

Sinergia 1.1

Garantir uma transformação global inclusiva dos sistemas alimentares para apoiar o crescimento da produtividade, as finanças e o comércio

Durante as discussões do B20, foi enfatizado que os sistemas alimentares de alto desempenho proporcionam resultados econômicos, ambientais, nutricionais e de saúde positivos, fornecendo dietas saudáveis, criando meios de subsistência dignos e beneficiando a economia, ao mesmo tempo em que mitigam as mudanças climáticas e protegem a biodiversidade. A abordagem desses temas em escala global requer uma abordagem abrangente. Isso inclui a ampliação de práticas agrícolas sustentáveis, o incentivo à inovação, a introdução de novas estratégias de financiamento e a promoção da colaboração público-privada. O B20 Brasil reconheceu a importância dessa questão e iniciou a criação de uma Força-tarefa dedicada a Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura, um passo que o B20 Argentina já havia dado em 2018.

O B20 Brasil liderou as discussões sobre o aumento da produtividade da produção de alimentos com foco nos países menos desenvolvidos e nos pequenos agricultores de todo o mundo. Isso inclui a promoção de práticas sustentáveis e resilientes, como a biotecnologia, as tecnologias digitais, a inteligência artificial e a agricultura regenerativa. Além disso, o B20 recomenda modelos inovadores de financiamento e cooperação, mobilizando capital privado, público e filantrópico para os investimentos necessários na transição para sistemas alimentares sustentáveis, garantindo que o financiamento de alta qualidade flua para as áreas de infraestruturas, pesquisa e desenvolvimento e biossegurança.

Com base nesses fundamentos, o B20 recomenda também reforçar o papel do comércio como catalisador da transformação, promovendo cadeias globais de valor estáveis, resilientes e eficientes. Isso inclui melhorar o acesso ao mercado e promover a cooperação internacional nas cadeias de abastecimento. Além disso, é crucial reforçar um sistema comercial multilateral baseado em regras, não discriminatório, inclusivo e justo, centrado na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse sistema deverá promover práticas sustentáveis e melhorar a segurança alimentar.

Prioridades do G20 Brasil

Inclusão Social e Combate à Fome e à Pobreza
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendações 1, 2 e 3.
- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendações 1 e 2.



Sinergia 1.2

Diversidade e Inclusão em todas as estratégias setoriais

Durante as discussões do B20, foi enfatizado que os grupos sub-representados enfrentam desafios significativos na inclusão social, o que tem profundas implicações éticas e comerciais. O B20 Brasil priorizou as mulheres, a diversidade e a inclusão (WD&I, da sigla em inglês), estabelecendo um Conselho de Ação dedicado a essa causa. Em particular, o B20 Brasil adotou uma abordagem intersetorial para WD&I que aborda a discriminação sistêmica, o preconceito e os vieses sociais que limitam o acesso à educação, ao emprego, à saúde e à representação política. Esta iniciativa visa garantir uma representação justa e igualdade de oportunidades para grupos sub-representados por meio de políticas públicas, melhorando assim a mobilidade social e promovendo o crescimento econômico. Em última análise, as iniciativas de WD&I têm um impacto significativo na economia global e no ambiente de negócios.

O Conselho de Ação do B20 Brasil recomenda focar no aumento da presença de grupos sub-representados tanto no mercado de trabalho quanto no setor público. Isto inclui a remoção ativa de barreiras sistêmicas que dificultam a inclusão e a igualdade. Para progredir, é fundamental coletar dados sobre D&I e garantir que os esforços estratégicos possam ser rigorosamente monitorados por meio de métricas de desempenho. Para promover a inclusão econômica, o Conselho de Ação do B20 Brasil também está empenhado em criar um ambiente em que os grupos sub-representados possam ter sucesso em carreiras corporativas ou no empreendedorismo. O Conselho de Ação também recomenda a utilização de avaliações de impacto livres de vieses e a garantia de financiamento público suficiente para apoio abrangente e acesso equitativo à educação, com foco em grupos sub-representados.

A importância da implementação de medidas robustas para combater o assédio e a discriminação no local de trabalho também é enfatizada pelo Conselho de Ação, garantindo condições de trabalho justas e seguras para todos os funcionários. O B20 Brasil também defende o envolvimento ativo das comunidades locais e tradicionais em projetos de conservação e reconhece que seu engajamento e experiência são fundamentais para a eficácia e a sustentabilidade dessas iniciativas. Como recomendação estratégica, o B20 Brasil enfatiza a necessidade de transformar os sistemas alimentares para melhorar a sustentabilidade.



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Emprego e Educação: Recomendação 2
- Força-Tarefa de Transição Energética e Clima: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Transformação Digital: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Integridade e Compliance: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendações 1, 2 e 3
- Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios: Recomendações 1, 2 e 3

PRINCÍPIO ORIENTADOR 2



Acelerar uma transição justa para emissões líquidas zero

O último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) mostra mudanças sem precedentes na atmosfera, nos oceanos e nos ecossistemas da Terra. Os modelos preveem diferenças significativas nas características climáticas regionais entre o aquecimento global atual e de 1,5°C, e entre 1,5°C e 2°C. Essas diferenças incluem um aumento das temperaturas médias na maioria das regiões terrestres e marinhas, uma maior frequência de fenômenos climáticos extremos em muitas áreas habitadas, maior precipitação em diferentes regiões e uma maior probabilidade de secas e déficits de precipitação em outras áreas. Prevê-se que os riscos relacionados com o clima para a saúde, os meios de subsistência, a segurança alimentar, o abastecimento de água, a segurança humana e o crescimento econômico aumentem com 1,5°C de aquecimento e aumentem ainda mais com 2°C.⁴ De acordo com o Fórum Econômico Mundial, as alterações climáticas poderão afetar 14,5 milhões de vidas em todo o mundo e resultar em perdas econômicas de 12,5 bilhões de dólares até 2050.⁵

Embora os setores público e privado tenham demonstrado compromisso com a transição para emissões líquidas zero, dados recentes mostram que o mundo precisará reduzir suas emissões atuais em cerca de 43% até 2030 para limitar o aquecimento a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.⁶ Vários fatores agravam os desafios de atingir emissões líquidas zero e possibilitar a transição energética. Entre eles estão a necessidade de um aumento significativo no investimento de capital global, a enorme transformação física de sistemas energéticos eficientes de longa data e o atraso nos retornos dos investimentos a longo prazo para apoiar a transição.⁷ Além disso, é necessário aumentar o investimento global em financiamento climático. Por exemplo, há uma lacuna de financiamento significativa na mitigação de danos à energia e à infraestrutura, estimada em US\$ 4 trilhões por ano⁸, com o valor total estimado em US\$ 5⁹ a 8,5¹⁰ trilhões por ano até 2030 para atingir nossas metas climáticas.

A ação coordenada entre governos e empresas é fundamental para gerenciar riscos, aproveitar oportunidades e prevenir novos riscos de ameaças físicas. As forças-tarefas e o Conselho de Ação do B20 Brasil abordaram a necessidade global de possibilitar uma transição justa e inclusiva para as emissões líquidas zero. Suas recomendações concentram-se em atingir metas ambientais, fornecer acesso à energia acessível e capacitar as comunidades para que se beneficiem da transição energética. O objetivo central das recomendações é fechar a lacuna crescente no financiamento climático e aproveitar o potencial transformador das soluções para emissões líquidas zero, o que exigirá a mobilização de investimentos significativos dos setores público e privado.

Duas importantes áreas de sinergia foram identificadas nas recomendações do B20 Brasil:

Sinergia 2.1: Garantir uma transição justa para emissões líquidas zero

Sinergia 2.2: Financiar a transição para emissões líquidas zero

4 PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. **Global warming of 1.5°C**. Cambridge, 2022. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/global-warming-of-15c/D7455D42B4C820E706A03A169B1893FA>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

5 FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Quantifying the impact of climate change on human health**. Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2024. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/quantifying-the-impact-of-climate-change-on-human-health/>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

6 PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – IPCC. **Synthesis report of the IPCC sixth assessment report (AR6)**: longer report. Março de 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. Acesso em: 16 de julho de 2024.

7 MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **An affordable, reliable, competitive path to net zero**. Chicago: McKinsey & Company, 2023. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/an-affordable-reliable-competitive-path-to-net-zero>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

8 NAÇÕES UNIDAS. **Developing countries face \$4 trillion investment gap in SDGs**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2023/07/1138352>. Acesso em: 1 de julho de 2024.

9 COP28. **Climate Finance Framework**. 2024. Disponível em: https://www.cop28.com/en/climate_finance_framework. Acesso em: 1 de julho de 2024.

10 CLIMATE POLICY INITIATIVE - CPI. **Global landscape of climate finance**. 2023. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/publication/global-landscape-of-climate-finance-2023/>. Acesso em: 1 de julho de 2024.



Sinergia 2.1

Garantir uma transição justa para emissões líquidas zero

A transição para um futuro sustentável com emissões líquidas zero, conforme enfatizado durante as discussões do B20, deve ser justa e inclusiva, garantindo que todas as comunidades, trabalhadores e grupos sociais sejam apoiados e capacitados durante todo o processo. Para atingir esse objetivo, governos, empresas e partes interessadas devem trabalhar juntos para desenvolver políticas e estruturas que promovam o crescimento econômico equitativo, empregos verdes e resiliência aos impactos climáticos. As alterações climáticas afetam desproporcionalmente grupos sub-representados, especialmente mulheres e meninas, e os fenômenos meteorológicos extremos agravam ainda mais esta situação, deslocando milhares de pessoas em todo o mundo, cuja maioria são mulheres e meninas, aumentando o risco de violência e pobreza. Isso realça a importância de estratégias direcionadas para apoiar as populações mais vulneráveis e garantir que os benefícios de um futuro com emissões líquidas zero sejam distribuídos de forma justa por todos os setores da sociedade.

A Força-Tarefa de Transição Energética do B20 destaca a necessidade de avançar na descarbonização e garantir a segurança energética por meio de várias ações essenciais, incluindo a aceleração de soluções energéticas sustentáveis, como a eólica, a solar e a bioenergia, bem como o hidrogênio limpo. Paralelamente, outros grupos do B20 enfatizam a importância de dotar a futura força de trabalho com competências verdes em diversas carreiras e de assegurar que a indústria e as instituições educacionais lideram o caminho na proteção ambiental.

A transparência corporativa e os relatórios objetivos são essenciais para uma transição bem-sucedida para a sustentabilidade. Para que isso seja possível, os governos e os órgãos reguladores precisam introduzir estruturas harmonizadas para padrões e divulgações de sustentabilidade que permitam que as empresas – especialmente as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) – aproveitem a sustentabilidade como uma vantagem competitiva e, ao mesmo tempo, promovam a transparência e a confiança nos mercados financeiros. Integrar a sustentabilidade na tomada de decisões corporativas é fundamental para enfrentar os desafios globais e promover a criação de valor a longo prazo, juntamente com o crescimento econômico inclusivo.



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendação 2
- Força-Tarefa de Emprego e Educação: Recomendações 1 e 2
- Força-Tarefa de Transição Energética e Clima: Recomendações 1, 2 e 3
- Força-Tarefa de Integridade e Compliance: Recomendações 1 e 2
- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendações 1, 2 e 3
- Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios: Recomendações 1 e 3

Sinergia 2.2

Financiar a transição para emissões líquidas zero

O B20 discutiu a lacuna de investimento climático existente e destacou seu papel fundamental como catalisador para acelerar a implantação de capital privado em escala. Esse tipo de investimento em setores-chave pode permitir a transição para uma economia sustentável e de baixo carbono. Reconhecendo os desafios de atrair capital privado em mercados em que as condições ainda não são favoráveis, o B20 ressaltou a necessidade de reavaliar o papel do financiamento do desenvolvimento do setor público, juntamente com as políticas de capital regulatório e agências de classificação de risco pertinentes ao financiamento climático. Para apoiar o crescimento sustentável a longo prazo e garantir uma transição justa para as economias emergentes e em desenvolvimento até 2030, é fundamental criar um ambiente que melhore significativamente os fluxos de capital do setor privado para investimentos climáticos.

Para financiar a transição para emissões líquidas zero, o B20 também recomenda a criação de modelos inovadores de financiamento e colaboração, com foco na mobilização de capital privado, público e filantrópico para apoiar sistemas alimentares e serviços ecossistêmicos sustentáveis. Além disso, o B20 destaca a importância de ampliar as Soluções Climáticas Baseadas na Natureza, fortalecendo os mercados de carbono, melhorando a infraestrutura e os protocolos, facilitando os investimentos em projetos de remoção de carbono e promovendo projetos de conservação com envolvimento das comunidades. Essas iniciativas visam criar um mercado global robusto para Soluções Climáticas Baseadas na Natureza até 2030. Além disso, o B20 enfatiza o papel crucial do desenvolvimento de infraestrutura e recomenda acelerar os procedimentos de aprovação para projetos resilientes às alterações climáticas e promover a expansão da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação por meio da modernização regulatória e de parcerias público-privadas.



Prioridades do G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável
e Transição Energética
Inclusão Social e Combate
à Fome e à Pobreza



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura: Recomendações 1, 2 e 3
- Força-Tarefa de Transição Energética e Clima: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Integridade e Compliance: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendação 2
- Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios: Recomendação 2



PRINCÍPIO ORIENTADOR 3



Aumentar a produtividade por meio da inovação

O mundo viu um aumento significativo nos padrões de vida nos últimos 25 anos, em grande parte devido ao forte crescimento do produto interno bruto (PIB), que, por sua vez, foi impulsionado pelo crescimento da produtividade, com a produtividade econômica média aumentando seis vezes durante esse período. Recentemente, porém, esse crescimento desacelerou e ainda não se concretizou em muitas regiões. Desde a crise financeira global de 2008, houve uma desaceleração generalizada da produtividade. Nos países desenvolvidos, o crescimento já tinha desacelerado de 2,2% ao ano no final da década de 1990 para 1,6% antes da crise financeira global e caiu ainda mais para menos de 1% entre 2012 e 2022. Enquanto isso, nos mercados emergentes, o crescimento da produtividade atingiu o pico de 5,9% antes da crise financeira global e depois caiu para 3,4% na década seguinte. Hoje, o crescimento da produtividade é visto como um dos fatores mais importantes para melhorar os padrões de vida face ao envelhecimento, às transições energéticas, à reestruturação da cadeia de abastecimento e aos balanços globais inflacionados.¹¹

A produtividade pode ser aumentada principalmente por três fatores principais: i) inovação por meio da pesquisa e desenvolvimento (P&D), digitalização e investimento em ativos intangíveis, que são essenciais para o crescimento a longo prazo, pois permitem às empresas aumentar a produtividade com a introdução de novos produtos e a melhoria dos métodos de produção; ii) a disseminação do conhecimento existente através do desenvolvimento de competências e de infraestruturas públicas, com uma força de trabalho bem qualificada e mais saudável, impulsionando significativamente a atividade econômica com a introdução de novas tecnologias e a melhoria das competências; iii) a otimização da alocação de recursos pela concorrência, de ambientes de negócios dinâmicos, da globalização e do desenvolvimento financeiro, com o crescimento a longo prazo intimamente ligado a elevadas taxas de investimento. Esses fatores são essenciais para promover ganhos de produtividade sustentável e o crescimento econômico geral.^{12,13}

O B20 Brasil reconheceu o papel central da produtividade na melhoria dos indicadores macroeconômicos e fez do aumento da produtividade um foco central de sua agenda, destacando o uso intersetorial de tecnologias de ponta, como a digitalização, a automação e a inteligência artificial, para criar economias sustentáveis e resilientes.

Duas importantes áreas de sinergia foram identificadas nas recomendações do B20 Brasil:

Sinergia 3.1: Melhorar as aplicações setoriais de tecnologias digitais e inteligência artificial

Sinergia 3.2: Promover o comércio global por meio de um Fluxo Livre de Dados com Confiança e Cooperação Internacional

11 MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. **Investing in productivity growth**. Chicago: McKinsey & Company, 2024. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/mgi/our-research/investing-in-productivity-growth>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

12 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE; ORGANIZAÇÃO ASIÁTICA DE PRODUTIVIDADE - APO. **Identifying the main drivers of productivity growth**: a literature review. 2022. Paris. Disponível em: https://www.OCDE-ilibrary.org/economics/identifying-the-main-drivers-of-productivity-growth_00435b80-en. Acesso em: 17 de julho de 2024.

13 GRUPO BANCO MUNDIAL. **Global productivity**: trends, drivers, and policies. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/research/publication/global-productivity>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

Sinergia 3.1

Melhorar as aplicações setoriais de tecnologias digitais e inteligência artificial (IA)

Durante as discussões do B20, a rápida aceleração da transformação digital foi destacada como tendo um impacto profundo nos indivíduos, nas sociedades e nas empresas. O crescimento sem precedentes na adoção e implementação da inteligência artificial (IA), especialmente da IA generativa, está revolucionando setores como saúde, educação, comunicações, serviços financeiros, manufatura e gestão ambiental. Apesar de seu potencial transformador, a IA também traz desafios significativos em termos de responsabilidade, ética, segurança e sustentabilidade. Para enfrentar esses desafios, será necessário um esforço conjunto de governos e organizações, com foco na minimização do impacto ambiental da IA por meio do uso otimizado de energia e de práticas sustentáveis.

O B20 recomenda que se busque a convergência global e a interoperabilidade jurisdicional, estimulando os governos a adotarem uma terminologia e princípios comuns de IA e a aproveitarem as estruturas existentes para estabelecer um conjunto comum de padrões com base em riscos e evidências para uma IA ética, sustentável e inclusiva. Além disso, o B20 enfatiza a necessidade de fortalecer a cooperação internacional para acompanhar a rápida evolução da tecnologia e do cenário regulatório. Isso inclui a expansão de quadros baseados numa abordagem com foco no risco e favorável à inovação para o desenvolvimento, implementação e governança responsáveis da IA.

Em conjunto com esses esforços, o B20 também recomenda que os governos invistam no estabelecimento de clusters e ecossistemas de inovação em IA nacionais e internacionais e promovam a colaboração entre empresas, instituições de pesquisa, start-ups e agências governamentais. Esse ambiente colaborativo permitirá que as organizações melhorem as suas capacidades de IA, apoiando simultaneamente os órgãos públicos a manter um quadro jurídico atualizado. Além disso, os setores público e privado devem abraçar a transformação digital e utilizar de forma responsável o poder transformador da IA para alcançar avanços significativos no bem-estar humano em vários setores, incluindo saúde, educação, comunicações, serviços financeiros, manufatura e gestão ambiental, promovendo assim o progresso da sociedade como um todo.



Prioridades do G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Combate à Fome e à Pobreza



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Emprego e Educação: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Transição Energética e Clima: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Transformação Digital: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Integridade e Compliance: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendação 1
- Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios: Recomendação 3



Sinergia 3.2

Promover o Comércio Global por meio de um Livre Fluxo de Dados com Confiança e Cooperação Internacional

Durante as discussões do B20, foi enfatizado o papel central da segurança e da confiança na transformação digital. A crescente dependência de redes interligadas aumenta o risco de incidentes cibernéticos e ameaça os aspectos financeiros, operacionais e reputacionais das organizações. A segurança cibernética é fundamental para proteger os ativos digitais e garantir a continuidade dos negócios. A complexidade das infraestruturas digitais aumenta a ameaça aos sistemas essenciais, como redes de comunicação e redes de energia. O conceito de Livre Fluxo de Dados com Confiança (DFFT, na sigla em inglês) foi enfatizado para promover um fluxo de dados transfronteiriço contínuo e, ao mesmo tempo, garantir privacidade e segurança sólidas.

O B20 recomenda que os governos e as empresas trabalhem juntos para criar estruturas interoperáveis para o compartilhamento de dados e alcançar a convergência regulatória para impulsionar a inovação e o crescimento econômico. Ao envolver ativamente as organizações empresariais na operacionalização do Livre Fluxo de Dados com Confiança (DFFT), os governos podem promover um ambiente seguro, transparente e eficiente para os fluxos de dados transfronteiriços. Explorar novos compromissos no comércio eletrônico, alavancando o progresso das discussões comerciais do DFFT e das negociações da OMC, tem o potencial de impactar significativamente a prosperidade global.

Prioridades do G20 Brasil

Reforma da Governança Global
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Combate à Fome e à Pobreza



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Transformação Digital: Recomendação 2

PRINCÍPIO ORIENTADOR 4



Reforçar a resiliência das cadeias globais de valor

Desde o início da década de 90, as Cadeias Globais de Valor (CGV) transformaram e aceleraram o comércio e o investimento internacionais, reforçando os laços econômicos entre os países e criando novas oportunidades para otimizar os processos de produção¹⁴¹⁵. A ascensão das CGVs trouxe benefícios significativos, incluindo melhorias na produtividade, difusão de tecnologia e redução da pobreza. Hoje, cerca de 70% do comércio internacional envolve CGVs.¹⁶ No entanto, os graves choques produtivos, incluindo desastres naturais, incertezas geopolíticas e ataques cibernéticos, estão aumentando cada vez mais a vulnerabilidade das CGVs, com as empresas perdendo potencialmente mais de 40% dos seus lucros anuais por década. A vulnerabilidade varia dependendo da presença geográfica, dos fatores de produção e da intensidade do comércio. Os setores de alto valor, como os equipamentos de comunicações e a eletrônica, estão em risco, enquanto as indústrias de mão-de-obra intensiva, como o vestuário, são vulneráveis a pandemias e fenômenos climáticos. As decisões operacionais, como a produção *just-in-time* (no momento certo), o fornecimento único e a dependência de insumos personalizados, agravam essas vulnerabilidades e a concentração geográfica aumenta ainda mais o risco. No entanto, a interligação das cadeias de valor e dos fatores econômicos aumenta os desafios das realocações em larga escala.

A criação de resiliência inclui o aprimoramento da gestão de riscos, a melhoria da transparência, a diversificação de fornecedores, a estocagem de estoques maiores, a redução da complexidade dos produtos e o aumento da flexibilidade e da capacidade de recuperação. As empresas também podem reduzir os riscos adotando práticas sustentáveis, como a minimização de resíduos e o investimento em fontes alternativas de energia. Essas medidas, juntamente com a promoção de práticas trabalhistas justas e o envolvimento da comunidade, melhoram a estabilidade da força de trabalho e a resiliência da cadeia de suprimentos, garantindo a lucratividade de longo prazo e a adaptabilidade aos desafios globais. Nesse contexto, a política pública deve criar uma estrutura econômica para cadeias de valor resilientes e sustentáveis. De suma importância para esse objetivo é o fortalecimento do sistema de comércio multilateral, que torna o comércio com poucas barreiras, não discriminatório e previsível e aumenta a segurança da cadeia de suprimentos.

O B20 Brasil estabeleceu um princípio orientador para garantir que suas recomendações abordem a questão crítica da resiliência das cadeias globais de valor e protejam o crescimento econômico de possíveis interrupções. Esse princípio ressalta que a resiliência e a sustentabilidade devem ser integradas ao núcleo das políticas públicas, promovendo cadeias de suprimentos mais resilientes que possam resistir aos choques políticos e econômicos globais e locais. Além disso, os investimentos em tecnologias verdes, soluções de economia circular e infraestruturas sustentáveis são destacados como uma estratégia para reforçar a resiliência comercial, mitigar os efeitos das alterações climáticas e manter a competitividade econômica.

Duas importantes áreas de sinergia foram identificadas nas recomendações do B20 Brasil:

Sinergia 4.1: Financiar Micro, Pequenas e Médias Empresas

Sinergia 4.2: Permitir a Sustentabilidade e a Resiliência nas Cadeias Globais de Valor por meio do Comércio

14 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **How to make trade work for all**. OCDE Economic Outlook, v. 2017, edição 1. Paris: OCDE, 2017. Disponível em: https://www.OCDE-ilibrary.org/economics/OCDE-economic-outlook-volume-2017-issue-1_eco_outlook-v2017-1-en. Acesso em: 12 de julho de 2024.

15 GRUPO BANCO MUNDIAL. **Trading for development in the age of global value chains**. Washington: Grupo Banco Mundial, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2020>. Acesso em: 12 de julho de 2024.

16 ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Building more resilient and sustainable global value chains through responsible business conduct**. Paris: OCDE, 2021. Disponível em: <https://mneguidelines.OCDE.org/Building-more-resilient-and-sustainable-global-value-chains-through-responsible-business-conduct.pdf>. Acesso em: 12 de julho de 2024.



Sinergia 4.1

Financiar Micro, Pequenas e Médias Empresas

Durante as reuniões do B20, foi discutido que as MPMEs precisam se adaptar às novas tendências nas cadeias globais de valor para se manterem competitivas. Isto inclui aproveitar a transformação digital para melhorar a eficiência e a transparência, adotar práticas sustentáveis para satisfazer a demanda por produtos ecológicos e garantir a inovação contínua. Ao utilizar tecnologias avançadas, reduzir o impacto ambiental e investir nas competências da força de trabalho, as MPMEs podem melhorar a sua resiliência e competitividade. O apoio às MPMEs nessas áreas permitirá que elas lidem com as mudanças e interrupções do mercado, fortalecendo assim a resiliência e a estabilidade gerais das cadeias globais de valor.

O B20 recomenda simplificar os processos administrativos e revisar as estruturas regulatórias para facilitar a adaptação das MPMEs às novas transições energética e digital. A simplificação desses processos é crucial para permitir que as MPMEs dominem e capitalizem com eficácia as tendências emergentes nos setores energético e digital. Além disso, o B20 defende o desenvolvimento de estratégias para melhorar a produtividade financeira e garantir que todas as empresas, especialmente as MPMEs, tenham melhor acesso ao financiamento.

O B20 também enfatiza a importância de aumentar o comércio internacional e a renda por meio da harmonização dos processos alfandegários para permitir um comércio internacional mais fluido. A promoção da digitalização dos processos comerciais, para melhorar a eficiência, a transparência e o fornecimento de soluções de financiamento comercial, especialmente para os países menos desenvolvidos (PMDs), as MPMEs e as mulheres empreendedoras, é uma medida crucial para melhorar a eficiência, a transparência e a inclusão no comércio internacional.

Por último, o B20 destaca a importância de apoiar sistemas alimentares sustentáveis por meio de modelos de financiamento inovadores. A defesa de modelos de financiamento inovadores e a ênfase na necessidade de uma alocação de capital inclusiva e de mecanismos de financiamento misto são medidas necessárias para reduzir os riscos de investimento e promover a sustentabilidade.



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura: Recomendação 3
- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendação 2
- Força-Tarefa de Transformação Digital: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Emprego e Educação: Recomendação 3

Sinergia 4.2

Permitir a Sustentabilidade e a Resiliência nas Cadeias Globais de Valor por meio do Comércio

Promover a resiliência e a sustentabilidade econômica, ambiental e social nas cadeias globais de valor (CGVs) é fundamental no cenário geopolítico atual, conforme destacado nas reuniões do B20. Um equilíbrio entre a segurança econômica e a abertura do mercado é crucial para evitar restrições ao crescimento, custos mais elevados e redução da prosperidade global, especialmente para as MPMEs e os países menos desenvolvidos. O comércio desempenha um papel crucial ao permitir o intercâmbio de tecnologias verdes e práticas sustentáveis, promovendo normas internacionais e apoiando a colaboração. Mercados abertos e CGVs adaptáveis promovem o crescimento econômico e a sustentabilidade e estabelecem a base para uma economia global resiliente e ambientalmente responsável.

O B20 recomenda fortalecer o sistema multilateral e promover ambientes de comércio e investimento sustentáveis por meio do desenvolvimento e da adoção de metodologias padronizadas de medição da pegada de carbono, visando garantir a consistência e a precisão em todas as cadeias globais de valor, e da promoção da implementação de boas práticas regulatórias que apoiem o comércio e o investimento sustentáveis, minimizando barreiras desnecessárias.

Além disso, o B20 está comprometido com cadeias globais de valor resilientes, fortalecendo a cooperação internacional e apoiando a implementação de práticas sustentáveis baseadas na ciência dentro do sistema multilateral de comércio agrícola da OMC para promover a sustentabilidade, garantir a transparência e fornecer certificação adequada.

Juntamente com esses esforços, o B20 também recomenda expandir as energias renováveis e as infraestruturas, defendendo medidas que tripliquem a capacidade das energias renováveis até 2030 para satisfazer de forma sustentável as necessidades futuras, investindo e modernizando as infraestruturas de rede para apoiar a integração de fontes de energia renováveis e promovendo a utilização de bioenergia, biocombustíveis e outras tecnologias com emissões líquidas zero, como a Captura, Utilização e Armazenamento de Carbono (CCUS, na sigla em inglês), o hidrogênio limpo e a energia nuclear, para alcançar crescimento econômico sustentável de longo prazo.



Prioridades do G20 Brasil
Reforma da Governança Global
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Combate à Fome e à Pobreza



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Força-Tarefa de Comércio e Investimento: Recomendações 1 e 2
- Força-Tarefa de Transição Energética e Clima: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura: Recomendação 3



PRINCÍPIO ORIENTADOR 5



Valorizar o Capital Humano

O futuro do trabalho está prestes a passar por mudanças significativas. As tendências ambientais, tecnológicas e econômicas irão alterar a dinâmica do mercado de trabalho. Espera-se que os investimentos na transição verde, nas normas ambientais, nas cadeias de suprimentos localizadas, na adaptação às alterações climáticas e nos dividendos demográficos nos mercados emergentes criem empregos, apesar de algum deslocamento. Os avanços tecnológicos e o maior acesso digital apoiarão a criação de empregos. No entanto, o crescimento econômico mais lento, a escassez de oferta, o aumento dos custos, as tensões geopolíticas e os efeitos prolongados da covid-19 poderão levar à perda de empregos.¹⁷ Os empregadores preveem que 44% das habilidades dos trabalhadores serão perdidas nos próximos cinco anos, sendo que as habilidades cognitivas, especialmente a resolução de problemas complexos, estão aumentando rapidamente em importância. Até 2027, 60% dos trabalhadores precisarão de treinamento, mas apenas metade deles tem acesso a oportunidades de treinamento adequadas. O pensamento analítico é a principal prioridade para o treinamento de habilidades de 2023 a 2027, sendo responsável por 10% das iniciativas de treinamento. No entanto, há uma desconexão entre a crescente importância das habilidades e as estratégias de requalificação das organizações. Em particular, as empresas priorizam IA e *big data*, além de liderança e influência social, mais do que as demandas atuais de sua força de trabalho sugerem.¹⁸

Para atender às necessidades de habilidades locais, as parcerias tradicionais entre provedores de treinamento e empresas podem evoluir para modelos como centros de habilidades, academias e centros de inovação que integram educação e desenvolvimento de negócios. Os governos e os parceiros sociais precisam repensar o desenvolvimento, a certificação e o reconhecimento de competências, com ênfase em percursos de aprendizado flexíveis e programas de formação responsivos. As oportunidades estratégicas incluem também a melhoria da conectividade, o apoio a plataformas de e-learning, a adaptação dos currículos às novas necessidades, a orientação para grupos desfavorecidos e o equilíbrio entre o aprendizado online e a formação prática.¹⁹

Este princípio orientador desempenha papel crucial na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) até 2030, apoiando vários objetivos fundamentais. Ele complementa o ODS 4 (Educação de Qualidade) por meio do desenvolvimento de educadores, de novos currículos para o ensino e formação profissionais (EFP) e do apoio à requalificação e melhoria de competências da mão de obra. Também promove o ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Econômico), abordando as lacunas de competências em vários setores e aumentando a produtividade do trabalho. Além disso, contribui para o ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) ao preparar a força de trabalho para as necessidades futuras por meio de programas de requalificação, melhoria de competências e aprendizado integrado ao trabalho. Por fim, promove o ODS 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos) ao envolver ativamente as organizações empresariais na agenda educacional.

Uma importante área de sinergia foi identificada nas recomendações do B20:

Sinergia 5.1: Força de trabalho inclusiva, produtiva e resiliente

17 FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The future of jobs report 2023**. Suíça: FEM, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2023/>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

18 FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **The future of jobs report 2023**. Suíça: FEM, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/the-future-of-jobs-report-2023/>. Acesso em: 18 de julho de 2024.

19 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Shaping skills and lifelong learning for the future of work**. Genebra: OIT, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_813696.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2024.

Sinergia 5.1

Força de trabalho inclusiva, produtiva e resiliente

A necessidade de reformar os sistemas de educação e formação em todos os níveis foi um dos principais focos de discussão no B20. A disparidade existente entre os sistemas de educação e as demandas em evolução do futuro do trabalho contribui para as lacunas de competências e a escassez de talentos que impedem a transição global para uma economia digital e sustentável.

O B20 recomenda aprimorar a educação e a formação de professores por meio da construção de uma base sólida em Ciência, Tecnologia, Leitura, Engenharia, Artes e Matemática (STREAM, na sigla em inglês), da atualização da formação de professores e do acesso à infraestrutura tecnológica, incluindo alfabetização digital e competências verdes, e do envolvimento de empresas na elaboração de currículos para garantir que o conteúdo educacional atenda às necessidades do setor. Isto exige repensar os incentivos financeiros e as parcerias público-privadas para promover o desenvolvimento de competências digitais e verdes por meio de soluções de aprendizado integradas no trabalho de alta qualidade e para facilitar o reconhecimento de certificações de competências, programas de formação não tradicionais e microcredenciais. Para isso, o B20 enfatiza a promoção de iniciativas de requalificação e melhoria de competências e o incentivo à aplicação de conhecimentos teóricos dos currículos em cenários do mundo real.

Além disso, o B20 ressalta a importância de abordar as lacunas em competências digitais em diferentes níveis e diferentes grupos demográficos, focando no desenvolvimento de competências digitais e na preparação da força de trabalho para lidar com as disrupções provocadas pelas novas tecnologias, como a IA e a intensificação das tendências digitais e o risco de ataques cibernéticos. Nesse sentido, o B20 recomenda promover a introdução de quadros e padrões globalmente consistentes para avaliar e acompanhar as competências digitais em todas as indústrias e setores e desenvolver uma taxonomia comum para as competências digitais que seja dinâmica, personalizável e adaptável ao cenário tecnológico em rápida mudança, às necessidades de talentos e às especificidades do setor.

O B20 também sugere a promoção de um local de trabalho inclusivo, criando um ambiente igualitário no qual os grupos sub-representados possam se desenvolver, prosperar e ser devidamente reconhecidos, atualizando as diretrizes nacionais de desenvolvimento de professores para incluir a alfabetização digital e competências verdes, e aumentando a representação de grupos sub-representados no mercado de trabalho e no setor público. Isso inclui aumentar a representação de mulheres em cargos políticos e de tomada de decisão e expandir as políticas de licença paternidade e para cuidadores.



Prioridades do G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável
e Transição Energética
Inclusão Social e Combate
à Fome e à Pobreza



Principais recomendações relacionadas à sinergia

- Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios: Recomendações 1, 2 e 3
- Força-Tarefa de Emprego e Educação: Recomendação 1
- Força-Tarefa de Transformação Digital: Recomendação 1



SEÇÃO 2 – RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS E AÇÕES PROPOSTAS PELAS FORÇAS-TAREFA E PELO CONSELHO DE AÇÃO DO B20

- Comércio e Investimento
- Emprego e Educação
- Transição Energética e Clima
- Transformação Digital
- Finanças e Infraestrutura
- Integridade e Compliance
- Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura
- Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios

Força-Tarefa de Comércio e Investimento

Por que o comércio e o investimento são importantes?

O comércio e o investimento internacionais são catalisadores essenciais para o desenvolvimento econômico, o progresso tecnológico e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Algumas das economias mais abertas e dependentes do comércio apresentam elevados níveis de igualdade de renda e padrões de vida comparativamente elevados. Estudos mostram também uma ligação entre a abertura do comércio dos países e a redução da desigualdade social interna.

Apesar dos fortes argumentos econômicos a favor de um comércio mais forte e mais aberto, o crescimento do comércio desacelerou nos últimos cinco anos. Embora a taxa média de crescimento anual do comércio mundial tenha sido de 4% entre 2012 e 2017, caiu para 2% entre 2017 e 2022. Para o período de 2022 a 2032, prevê-se que o comércio global cresça 2,8% ao ano, ligeiramente abaixo do crescimento do PIB, que deverá crescer 3,1% ao ano durante o mesmo período.

Nesse cenário, o B20 propõe recomendações para melhorar a governança do comércio e do investimento, criar resiliência e sustentabilidade nas cadeias globais de valor e aumentar a eficiência do comércio para promover um acesso mais justo e sustentável aos mercados globais.



Participação dos membros do G20 nas exportações globais de bens e serviços.²⁰



Crescimento anual composto²¹ (CAGR) do comércio global (2017-2022) vs. 4% (2012-2017).

Recomendações de políticas para o G20

- R✓ Recomendação 1 – Melhorar a governança do comércio e investimento.**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20
- R✓ Recomendação 2 – Promover o comércio e investimento sustentáveis e resilientes**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20
- R✓ Recomendação 3 – Tornar o comércio e o investimento mais eficientes**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Francisco Gomes Neto, CEO, Embraer

Deputy Chair: José Serrador, Vice-presidente Global de Relações Institucionais, Embraer

Co-Chairs:

- Barbara Beltrame Giacomello, Vice-presidente de Assuntos Internacionais, Confindustria
- Busi Mabuza, Presidente, Industrial Development Corporation of South Africa (IDC)
- Miao Jianmin, Presidente, China Merchants Group (CMG)
- Lisa Schroeter, Diretora Global de Política de Comércio e Investimento, Dow
- Vir Advani, Vice-presidente e Diretor Administrativo, Blue Star
- Raad Al-Saady, Vice-presidente e Diretor Administrativo, ACWA Power
- Benjamin Hung, Presidente, Internacional, no Standard Chartered Bank (SCB)
- Fernando Landa, Presidente, Câmara de Exportadores da República Argentina (CERA)
- Ichiro Hara, Diretor Administrativo, Keidanren

Membros: 184

²⁰ WORLD TRADE ORGANIZATION. **WTO Statistics Database**. 2022 Disponível em: <https://stats.wto.org/>. Acessado em: 1 de maio de 2024. BCG Analysis. Nota: Data referente a 2022.

²¹ WORLD TRADE ORGANIZATION. **WTO Statistics Database**. 2022. Disponível em: <https://stats.wto.org/>. Acessado em: 1 de maio de 2024. BCG Analysis. Nota: O cálculo considera o valor do comércio mundial em bens e serviços comerciais, ajustado para dólares reais de 2010.

Recomendação 1

Melhorar a Governança do Comércio e do Investimento

Reforçar a governança multilateral por meio de várias medidas. Isso inclui reformar o Órgão de Resolução de Controvérsias (OSC) da OMC, garantir a eficácia dos processos de notificação, acompanhamento e consulta da OMC e envolver o setor privado de maneira significativa nos processos de organização. O B20 também pede o estabelecimento de novos acordos, multilaterais ou plurilaterais, para liberalizar ou acelerar o comércio, priorizando as *Joint Initiatives* da OMC sobre Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento e Comércio Eletrônico, e avançando nas negociações sobre comércio e sustentabilidade.

Prioridades do G20 Brasil

Reforma das Instituições de Governança Global
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Referência	Atual	Meta	Classificação
Porcentagem do IED mundial coberto pela Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento da OMC – Inicialmente estabelecido pelo B20 Itália	65,6% 2020	68,1% 2023	95,0% 2026	 Novo Indicador

Fonte: OMC, Banco Mundial²²

Policy Action 1.1

Fortalecer o sistema multilateral de comércio, restaurando e reformando o OSC da OMC, garantindo a eficácia de seus sistemas de notificação, acompanhamento e consulta, e envolvendo formalmente o setor privado de maneira significativa nos comitês da OMC e nos processos de formulação de políticas comerciais.

Policy Action 1.2

Respeitar os acordos atuais e promover novos acordos multilaterais e plurilaterais que liberalizem o comércio de bens e serviços e limitem possíveis barreiras futuras.

²² O valor de 2020 é calculado considerando o total de influxos de IDE de 2017 a 2019 nos países que assinaram a declaração ministerial conjunta sobre facilitação de investimentos para o desenvolvimento: wt/I/1072/rev.1. O valor de 2023 reflete os influxos de IDE de 2020 a 2022 nos países que endossaram a declaração conjunta atualizada sobre facilitação de investimentos para o desenvolvimento: wt/I/1130. Para 2026, o cálculo incluirá os influxos de IDE de 2023 a 2025 nos países que participam da JSI de facilitação de investimentos para o desenvolvimento a partir de 2025.

Recomendação 2

Promover o Comércio e o Investimento sustentáveis e resilientes

Promover um ambiente de comércio e investimento mais sustentável e resiliente. Promover metodologias internacionalmente aceitas para cálculo e prestação de contas sobre a pegada de carbono de produtos. Promover boas práticas regulatórias e taxonomias interoperáveis para o estabelecimento de regulações que pretendam promover a sustentabilidade ambiental. Facilitar cadeias globais de valor estáveis, resilientes e eficientes e aprofundar a cooperação internacional em cadeias de suprimentos.

Prioridades do G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável
e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Referência	Atual	Meta	Classificação
Desenvolvimento humano por meio da Segurança Alimentar²³ Fonte: Relatório Anual da FAO sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo	9% (2020)	9,2% (2022)	7,0% (2026)	 Novo Indicador
Importações do G20 afetadas por medidas restritivas Fonte: Organização Mundial do Comércio	10,4% (2021)	11,8% (2023)	5,0% (2026)	 Novo Indicador
Participação dos PMDs e dos países em desenvolvimento nas exportações globais de bens e serviços comerciais Fonte: Organização Mundial do Comércio	41,6% (2019)	43,2% (2022)	45,5% (2026)	 Novo Indicador

Policy Action 2.1

Promover metodologias internacionalmente aceitas para o cálculo e prestação de contas sobre a pegada de carbono de produtos, considerando os diferentes requisitos setoriais. Definir boas práticas regulatórias e taxonomias interoperáveis para o estabelecimento, por parte de países ou de blocos comerciais, de medidas ambientais, como políticas industriais para promoção da sustentabilidade e medidas de ajuste de carbono nas fronteiras.

Policy Action 2.2

Iniciar um processo para revisar políticas comerciais restritivas unilaterais implementadas pelos países do G20 nos últimos três anos. Essa revisão deve considerar as preocupações apresentadas por representantes do setor privado a seus respectivos governos e a organizações multilaterais e plurilaterais que prestam assistência técnica à OMC.

23 Porcentagem da população global subnutrida.



Recomendação 3

Tornar mais eficientes o Comércio e o Investimento

Promover mais eficiência no comércio e investimento internacionais, por meio da simplificação e harmonização dos processos e procedimentos aduaneiros. Apoiar a cooperação regulatória e promover a digitalização de forma cuidadosa para facilitar o fluxo transfronteiriço de informações eletrônicas. Estabelecer melhores condições para desbloquear fundos para financiar o comércio, especialmente para os países menos desenvolvidos (PMDs), MPMEs e mulheres.

Prioridades do G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável
e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Referência	Atual	Meta	Classificação
Porcentagem de implantação de medidas comerciais sem uso de papel do TFA Fonte: UNCTAD	64,8% (2021)	70,0% (2023)	85,0% (2026)	 Novo Indicador
Lacuna no financiamento ao comércio internacional (oferta e demanda) Fonte: Banco Asiático de Desenvolvimento	\$ 1.7 Trilhão (2020)	\$ 2.5 Trilhões (2022)	\$ 1 Trilhão (2026)	 Novo Indicador
Porcentagem da população que usa a internet nos PMDs Fonte: União Internacional de Telecomunicações, Relatório de Conectividade Global	27% (2021)	35% (2024)	65% (2026)	 Novo Indicador

Policy Action 3.1

Adotar padrões de documentos digitais para desembaraço aduaneiro, acelerar a coordenação internacional para o fluxo transfronteiriço de informações eletrônicas relacionadas a transações comerciais, facilitar a interoperabilidade de normas e protocolos para transferência de dados, garantindo a proteção das informações confidenciais das empresas.

Policy Action 3.2

Aumentar o acesso ao financiamento ao comércio internacional e ao crédito à exportação, por meio da facilitação da digitalização do comércio e do financiamento do comércio, incluindo o estabelecimento de uma estrutura regulatória facilitadora para o financiamento do comércio, e por meio do fortalecimento dos programas governamentais de crédito à exportação, para apoiar o acesso dos PMDs, MPMEs e mulheres ao comércio internacional.

Força-Tarefa de Emprego e Educação

Porque emprego e educação são importantes?

Nos últimos anos, o mundo enfrentou uma série de desafios imprevisíveis, incluindo a escalada das tensões geopolíticas, o aumento da dívida pública e corporativa e a reestruturação das cadeias de suprimentos globais e domésticas. Os avanços tecnológicos, como digitalização, automação, inteligência artificial (IA) e IA generativa –, estão sendo adotados mais rapidamente do que antes, transformando as empresas e exigindo novas habilidades. Isso está acelerando a obsolescência das habilidades existentes, desafiando a empregabilidade da força de trabalho e exigindo mudanças rápidas nos modelos de educação e formação. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, estima-se que 83 milhões de empregos serão perdidos e 69 milhões de novas oportunidades serão criadas nos próximos cinco anos.

Além disso, as desigualdades pré-existentes no mercado de trabalho estão tornando-se cada vez mais evidentes numa sociedade que exige cada vez mais igualdade. Por exemplo, mais de 75% dos trabalhadores jovens e mais velhos têm empregos informais, em comparação com 55% dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos²⁴. Em contraste com a população nativa, os trabalhadores migrantes têm maior probabilidade de trabalhar em empregos informais²⁵, uma vez que a taxa de informalidade entre os não cidadãos é sete pontos percentuais mais elevada. Entretanto, o impacto crescente das alterações climáticas está complicando a tomada de decisões e tornando as discussões sobre políticas públicas ainda mais complexas.

Cada uma dessas tendências tem o potencial de afetar significativamente o emprego e a educação. Em conjunto, destaca-se a necessidade de ações políticas específicas por parte dos governos e do setor privado para satisfazer as necessidades atuais e futuras dos trabalhadores, das empresas e dos empregadores. Nesse contexto, o B20 propõe recomendações que preparem uma força de trabalho resiliente e produtiva para o futuro do trabalho, garantam uma força de trabalho diversificada, inclusiva e adaptável e promovam a inovação e o crescimento sustentável.



Escassez média global de talentos relatada por empregadores em 2024²⁶



Taxa de informalidade em 2024²⁷

Recomendações de políticas para o G20

- R** **Recomendação 1 – Preparar uma força de trabalho resiliente e produtiva para o futuro do trabalho**
A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20
- R** **Recomendação 2 – Garantir uma força de trabalho diversificada, inclusiva e adaptável**
A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20
- R** **Recomendação 3 – Promover a inovação e o crescimento sustentável**
A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Walter Schalka, Conselheiro, Suzano

Deputy Chair: Luís Renato Bueno, Vice Presidente Executivo, Suzano

Co-Chairs:

- Bettina Schaller, Presidente, World Employment Confederation (WEC)
- BVR Mohan Reddy, Presidente Fundador e membro do Conselho, Cyient
- Daniel Funes de Rioja, Presidente, Unión Industrial Argentina (UIA)
- Francisco J. Rios, Diretor de Operações - América Latina, SEA Group
- Gabriel Silveira Bello Barros, Líder - Networking Academy, Cisco
- Jacqueline Mugo, Diretora Executiva, Federation of Kenya Employers
- Lama Al-Sulaiman, Conselheira, International Chamber of Commerce (ICC)
- Renate Hornung-Draus, Vice-Presidente, International Organisation of Employers (IOE)

Membros: 138

²⁴ ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. Informalidade e globalização: em busca de um novo contrato social. 2023. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/informality-and-globalisation_c945c24f-en. Acessado em: 18 jul. 2024.

²⁵ ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. Informalidade e globalização: em busca de um novo contrato social. 2023. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/informality-and-globalisation_c945c24f-en. Acessado em: 18 jul. 2024.

²⁶ MANPOWER GROUP. The global talent shortage. 2024. Available At: <https://go.manpowergroup.com/talent-shortage>. Accessed in: 18 jul. 2024.

²⁷ VENTURA, Luca. Taxas de desemprego ao redor do mundo 2024. Nova York, 2024. Disponível em: <https://gfmag.com/data/economic-data/world-unemployment-rates/>. Acessado em: 18 jul. 2024.

Recomendação 1

Preparar uma força de trabalho resiliente e produtiva para o futuro do trabalho

Uma força de trabalho resiliente é crucial diante das tendências em rápida evolução que impactam as empresas e os mercados de trabalho. No entanto, o atual descompasso entre os sistemas de educação e as necessidades do futuro do trabalho, aliado às oportunidades inadequadas de aprendizado ao longo da vida e aprimoramento de habilidades, cria lacunas de habilidades e escassez de talentos que afetam a transição mundial para uma economia digital e sustentável. Isso ressalta a necessidade de uma reforma nos sistemas educacionais e de treinamento.

Prioridades do G20 Brasil
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Classificações do PISA²⁸ Fonte: OCDE	483,7 (2021)	503,7 (2028)	 Novo Indicador
Proporção de professores com as qualificações mínimas exigidas²⁹ Fonte: ONU - ODS 4	78,6% (2022)	84,7% (2028)	 Novo Indicador
Proporção de jovens e adultos com competências em Tecnologia da Informação e Comunicação³⁰ Fonte: ONU - ODS 4	31,8% (2021)	38,4% (2028)	 Alinhado com os B20s anteriores

Policy Action 1.1

Aumentar a relevância e a qualidade da educação básica/K-12³¹ e do EPT³² para a futura força de trabalho desenvolver habilidades essenciais empregáveis e empreendedoras, atualizando as habilidades de desenvolvimento, alfabetização digital e sustentabilidade dos professores e engajando as empresas no mapeamento de lacunas de competências e na elaboração de novos currículos.

Policy Action 1.2

Promover a requalificação e a melhoria de competências para eliminar o déficit de escassez de talentos e reduzir a inadequação de competências, especialmente em proficiência digital e sustentabilidade, através do desenvolvimento de incentivos financeiros para promover programas e estabelecer orientações e quadros para a implantação de soluções de aprendizagem integradas no trabalho e para facilitar o reconhecimento de competências.

28 Média simples das pontuações de Matemática, Ciências e Leitura dos países disponíveis.

29 Média de 4 níveis de educação (pré-primário, primário, inferior e superior).

30 Referência selecionada: proporção de jovens e adultos que utilizaram fórmulas aritméticas básicas em uma planilha.

31 Educação Básica engloba os Ensinos Infantil, Fundamental e Médio. K12: Kindergarten até o 12th Grade, equivalente à Educação Básica.

32 Educação Profissional e Tecnológica.

Recomendação 2

Garantir uma força de trabalho diversificada, inclusiva e adaptável

Melhorar as condições de trabalho para grupos sub-representados (com base em seu gênero, idade, status de minoria, entre outros), trabalhadores informais e migrantes requer a superação de uma série de obstáculos. Estes incluem fatores socioeconômicos, papéis de gênero tradicionais e estruturas desatualizadas, desalinhadas com as formas atuais de trabalho e tendências tecnológicas. Para enfrentar esses problemas e garantir uma força de trabalho diversificada, inclusiva e adaptável, é necessário avançar na adaptação do arcabouço regulatório e das políticas que promovem a igualdade no local de trabalho, abordam a informalidade e facilitam a migração sustentável de empregos.

Prioridades do G20 Brasil
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Proporção de mulheres em cargos de liderança³³ Fonte: WEF	33,5% (2022)	35,9% (2028)	Novo Indicador
Representação da força de trabalho feminina³⁴ Fonte: WEF	46,6% (2023)	46,9% (2028)	Alinhado com os B20s anteriores
Proporção de emprego informal no emprego total³⁵ Fonte: OCDE	30,3% (2022)	27,7% (2028)	Novo Indicador

Policy Action 2.1

Promover ambientes de trabalho diversificados e inclusivos, implementando regulamentação de recompensa para as empresas para promover o acesso ao trabalho e oportunidades de progressão na carreira para grupos sub-representados e fortalecendo os incentivos financeiros para apoiar a prestação de cuidados.

Policy Action 2.2

Apoiar a transição dos trabalhadores para a economia formal, adaptando as estruturas regulatórias para reconhecer formas alternativas e futuras de trabalho e o impacto da tecnologia nos empregos; e facilitar a mobilidade profissional estabelecendo estruturas tributárias internacionais, sistemas de informação trabalhista e padrões para migração segura e regular.

33 Proporção feminina na liderança

34 Proporção feminina na força de trabalho

35 Porcentagem de empregos principais informais em relação ao emprego total



Recomendação 3

Promover a inovação e o crescimento sustentável

A inovação é uma força motriz importante para o crescimento, a competitividade e sustentabilidade a longo prazo. No entanto, como um conceito holístico, enfrenta potenciais barreiras em várias frentes. Isso inclui descoordenações entre o setor empresarial e os setores de ciência e tecnologia, financiamento inadequado e meios para conduzir atividades inovadoras, e atenção insuficiente às especificidades de atores como micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Enfrentar efetivamente esses desafios é crucial para lidar com os desafios globais mais urgentes, como as mudanças climáticas.



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Base	Meta	Classificação
Percentual de investimento em P&D³⁶ Fonte: OCDE	1,8% (2022)	2,5% (2028)	 Novo Indicador
Número de Patentes e Registros de Propriedade Intelectual (PI)³⁷ Fonte: OMPI	1,55 Milhão (2022)	2,12 Milhões (2028)	 Novo Indicador
Número de PME por país³⁸ Fonte: OCDE	30,49 Milhões (2020)	38,69 Milhões (2028)	 Novo Indicador

Policy Action 3.1

Acelerar a inovação em áreas estratégicas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico através da criação de infraestruturas digitais e de pesquisas colaborativas, do envolvimento das instituições de ensino superior e de EPT com as empresas e do aumento e facilitação do acesso ao financiamento governamental.

Policy Action 3.2

Apoiar ativamente o empreendedorismo e as MPMEs para impulsionar o crescimento sustentável e a criação de empregos, desenvolvendo medidas regulatórias para melhorar o acesso ao financiamento e ao crédito competitivo e fornecendo apoio para promover soluções de P&D que impulsionem o crescimento econômico inovador.

36 Despesa Interna Bruta em Pesquisa e Desenvolvimento (GERD) em % do PIB

37 A soma de todas as patentes concedidas em países, territórios e escritórios

38 Número de PME abertas por ano, de acordo com a base de dados de Estatísticas Estruturais da Indústria e dos Serviços (SSIS).

Força-Tarefa de Transição Energética & Clima

Por que a transição energética e o clima são importantes?

A crise climática e a necessidade urgente de uma transição energética global e justa representam os desafios mais importantes que a humanidade enfrenta no século XXI. Apesar dos crescentes esforços conjuntos dos setores público e privado, a economia global precisa se atualizar para lidar com o aquecimento global e seus impactos. Manter o aquecimento global abaixo do limite crítico de 1,5°C requer uma colaboração coordenada entre as várias partes interessadas, incluindo governos, empresas, instituições, comunidades e uma variedade de outros agentes. A complexidade deste objetivo é multifacetada e requer uma ampla gama de ações e compromissos.

Os dados atuais mostram que a humanidade está atrasada no alcance de emissões líquidas zero. Apesar de um declínio temporário durante a pandemia de COVID-19, as emissões globais aumentaram para níveis sem precedentes em 2023. Mesmo que todos os países cumpram os seus compromissos atuais, as estimativas sugerem que as emissões globais continuarão acima do limite de 1,5°C. Embora seja crucial abordar os impactos das alterações climáticas, também é importante enfrentar o desafio socioeconômico, reconhecendo que a sociedade exige um equilíbrio entre energia segura, descarbonizada e acessível.

Nesse contexto, a comunidade empresarial está convencida de que a transição para um futuro de baixo carbono, ao mesmo tempo em que promove a proteção e a recuperação ambiental, só é possível se as empresas e os governos trabalharem em conjunto. É primordial abordar o problema a partir de uma perspectiva global, o que enfatiza a necessidade de soluções globais/multilaterais para tratar dessas questões e financiar soluções de longo prazo.



estimada de redução das emissões de GEE até 2030 para alcançar a trajetória de emissões líquidas zero³⁹



em perdas econômicas esperadas em todo o mundo até 2050 devido às mudanças climáticas⁴⁰

Recomendações de políticas para o G20



Recomendação 1 – Acelerar o desenvolvimento e o uso de um portfólio de soluções de energia renovável e sustentável

A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20



Recomendação 2 – Dobrar a eficiência energética, promovendo a eficiência dos recursos e a economia circular

A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20



Recomendação 3 – Promover soluções climáticas naturais eficazes

A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Ricardo Mussa, CEO, Raízen

Deputy Chair: Paula Kovarsky, Diretora Estratégica, Raízen

Co-Chairs:

- Daniel Godinho, Diretor de Sustentabilidade e Relações Institucionais, WEG
- Jean-Pierre Clamadieu, Presidente do Conselho de Administração, Engie
- José Ignacio S. Galán, Presidente Executivo, Iberdrola
- Jimmy Samartzis, CEO, LanzaJet
- Maria Luiza Paiva, Vice-presidente Executiva de Sustentabilidade, Vale
- Oscar Fahlgren, Diretor de Investimentos e Chefe do Brasil, Mubadala Capital
- Paolo Scaroni, Presidente do Conselho de Administração, Enel
- Tadaharu Shiroyama, Presidente, Mitsui Gás e Energia do Brasil
- TV Naredran, CEO e Diretor Executivo, Tata Steel
- Zhang Zhigang, Presidente Executivo, Corporation of China State

Membros: 218

39 INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Climate change 2023: synthesis report**. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 18 jul. 2024. p. 25.

40 WORLD ECONOMIC FORUM – WEF. **Quantifying the impact of climate change on human health**. 16 jan. 2024. Disponível em: [https://www.weforum.org/publications/quantifying-the-impact-of-climate-change-on-human-health/#:~:text=By%202050%2C%20climate%20change%20is,of%20global%20warming%20on%20health](https://www.weforum.org/publications/quantifying-the-impact-of-climate-change-on-human-health/#:~:text=By%202050%2C%20climate%20change%20is,of%20global%20warming%20on%20health.). Acesso em: 18 jul. 2024.

Recomendação 1

Acelerar o desenvolvimento e o uso de um portfólio de soluções de energia renovável e sustentável

Acelerar o desenvolvimento e o uso de um portfólio de soluções de energia renovável e sustentável para impulsionar a descarbonização no curto (2030) e no longo prazo (2050), garantindo a segurança energética. Para isso, a energia renovável e eletrificação serão essenciais para embarcar na jornada rumo ao *net zero* no curto, médio e longo prazo. Escalar um portfólio global e diversificado de soluções de biomassa sustentável para a geração de energia é uma medida essencial nos esforços globais de descarbonização, especialmente considerando as metas para 2030, as circunstâncias nacionais e a disponibilidade de recursos biológicos. Adicionalmente, esforços de descarbonização devem abranger a expansão de outras soluções necessárias para as metas do *net zero*, como CCUS, hidrogênio limpo e energia nuclear.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável
e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Emissões globais de CO2 relacionadas à energia (GtCO₂e)⁴¹ Fonte: IEA, IRENA	37.4 (2023)	23 – 24 (2030)	Alinhado com os B2Os anteriores
Triplicar a capacidade de geração de energia renovável (GW)⁴² Fonte: IEA, COP28	3,655 (2022)	11,000 (2030)	Alinhado com os B2Os anteriores
Investimentos anuais em rede elétrica global (Billion USD 2022)⁴³ Fonte: IEA	332 (2022)	680 (2030)	Novo Indicador
Demanda global de bioenergia (EJ) Fonte: IEA	28 (2022)	53 (2030)	Novo Indicador

Policy Action 1.1

Elaborar regimes de políticas, regulações e incentivos para triplicar a capacidade energética renovável até 2030, expandir a infraestrutura das redes e acelerar a ampla eletrificação a fim de assegurar acesso justo, responsável, eficiente e confiável à energia, visando alcançar as metas do Acordo de Paris.

Policy Action 1.2

Estabelecer mecanismos e iniciativas para explorar o potencial sustentável e a prontidão de bioenergia e biocombustíveis para descarbonização, acelerando o atingimento do *net zero* e garantindo a segurança alimentar.

Policy Action 1.3

Viabilizar a expansão de outras soluções necessárias para a transição para o *net zero*, como Captura, Uso e Armazenamento de Carbono (CCUS), hidrogênio limpo e energia nuclear.

41 Inclui as emissões de Dióxido de Carbono causada pela combustão de combustíveis fósseis e de dejetos não renováveis, provenientes de processos industriais e de transformação de combustível (emissões de processo), e vão necessitar do emprego de NBS e CCUS para sua remoção.

42 Inclui energia solar, eólica, hidroelétrica, geotérmica, bioenergia sólida, líquida e gasosa e outras renováveis.

43 O investimento em redes elétricas inclui a transmissão e distribuição assim como os gastos em equipamentos digitais para o monitoramento e operação inteligentes da rede (por exemplo, medidores inteligentes, automação e estações públicas de carregamento de veículos elétricos).

Recomendação 2

Dobrar a eficiência energética, promovendo a eficiência dos recursos e a economia circular

Dobrar a taxa média anual global de melhorias na eficiência energética até 2030, promovendo a eficiência dos recursos e a economia circular. Investir em melhorias na eficiência energética é uma forma econômica de impulsionar as medidas de descarbonização e aproximar-se do *net zero*. A posição estratégica dessa abordagem foi reconhecida no compromisso da COP28 com um acordo de dobrar a taxa anual média de melhorias globais na eficiência energética de 2% para 4% até 2030. Adicionalmente, implementar práticas sustentáveis nas cadeias de valor é essencial para mitigar os efeitos das mudanças no clima e reduzir as emissões e a produção global de resíduos.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Taxa média anual global de melhorias na eficiência energética⁴⁴ Fonte: IEA, UAE Consensus from COP28	2,1% (2022)	4,2% (2030)	I Alinhado com os B20s anteriores
Porcentagem global de recursos reciclados empregados na economia⁴⁵ Fonte: Circle Economy Foundation	7,2% (2023)	17% (2030)	I Alinhado com os B20s anteriores

Policy Action 2.1

Dobrar a taxa média anual global de melhorias na eficiência energética até 2030 por meio do avanço das políticas de eficiência técnica, programas de investimento e medidas para aumentar a conscientização pública.

Policy Action 2.2

Promover a economia circular e o uso eficiente dos recursos globais, desenvolvendo políticas que considerem todo o ciclo de vida dos materiais e fomentando programas de financiamento e conscientização para aumentar a adoção de práticas circulares.

44 Computada como progresso anual (%) na eficiência da intensidade do uso de energia.

45 Computado como recursos cíclicos/recursos totais entrando na economia global.



Recomendação 3

Promover Soluções Climáticas Naturais eficazes para mitigar as mudanças climáticas e melhorar a biodiversidade

Soluções climáticas naturais têm o potencial de reduzir 5-12 GtCO₂e por ano até 2030, contribuindo com cerca de 20 a 50% da redução necessária para estar no caminho para o net zero de emissões. Isso requer o desenvolvimento de uma cadeia de valor robusta para escalar projetos de proteção e restauração de alta integridade e melhorar os mecanismos de financiamento e mercado para desenvolver essas iniciativas..

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável
e Transição Energética

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Proteção de terras, águas interiores e mares⁴⁶ Fonte: COP 15 - Kunming-Montreal Global Biodiversity; Protected Planet	16,98% Águas interiores e territoriais 8,26% Mares (2023)	30% Águas interiores e territoriais 30% Mares (2030)	 Novo Indicador
Perda de floresta primária no mundo (Área) Fonte: COP26 Climate Summit (Glasgow leaders declaration); Global Forest Watch	3,7 Mha (2023)	0 Mha (2030)	 Novo Indicador
Sequestro de carbono baseado na natureza⁴⁷ Fonte: Taskforce on scaling Voluntary Carbon Markets (TSVCM); Climate Focus	0,04 GtCO₂e (2023)	2,9 GtCO₂e (2030)	 Novo Indicador

Policy Action 3.1

Garantir um mercado global próspero de NCS até 2030, ampliando projetos de proteção e restauração e escalando o mercado internacional de carbono.

⁴⁶ Porcentagem de área protegida de águas interiores e terrestres e porcentagem da cobertura OECM, áreas marítimas protegidas e Cobertura OECM.

⁴⁷ GtCO₂e por ano, outorga de atividades de sequestro de carbono baseadas na natureza.

Força-Tarefa de Transformação Digital

Por que a transformação digital é importante?

O mundo está passando por um período de intenso desenvolvimento tecnológico no qual novos avanços estão surgindo em um ritmo cada vez maior. A tecnologia digital mudou fundamentalmente a maneira como as pessoas vivem, trabalham e interagem umas com as outras e com o mundo ao seu redor, e essa tendência deve se acelerar nos próximos anos. Apesar do ritmo acelerado das mudanças tecnológicas, ainda não foi possível integrar efetivamente uma grande parte da população para resolver problemas críticos do mundo real.

O panorama da segregação digital é heterogêneo. As lacunas de conectividade existem não apenas entre países, mas também dentro dos países. As diferenças entre as zonas urbanas e rurais, as diferenças de idade e as diferenças de gênero são exemplos que exigem medidas específicas. Além disso, as lacunas digitais não se limitam aos indivíduos, uma vez que as empresas de determinados segmentos também ficam muitas vezes atrasadas na adoção de tecnologias digitais, dependendo do seu tamanho, setor e localização.

A segurança cibernética e a confiança são também uma preocupação fundamental, pois envolvem a proteção de ativos digitais, incluindo dados confidenciais, propriedade intelectual e infraestruturas digitais críticas. Embora a adoção da tecnologia e a crescente dependência de redes interligadas tenham criado oportunidades sem precedentes de crescimento e inovação, também aumentou-se o risco de incidentes cibernéticos que podem causar danos financeiros, operacionais e de reputação a organizações e indivíduos.

À medida que as nações recorrem à tecnologia para enfrentar os desafios globais, simplesmente aproveitar as ferramentas existentes não é suficiente. A inovação será a força motriz, e a inteligência artificial destaca-se como uma solução particularmente promissora com seus casos de uso em vários setores. No entanto, para aproveitar plenamente os benefícios da IA, seu impacto deve ser considerado de forma responsável. O surgimento da IA levantou preocupações novas e complexas sobre responsabilidade, ética, segurança e sustentabilidade e representa um desafio significativo que exige uma ação conjunta de nações e organizações.

À medida que o setor público lidera os esforços nacionais e internacionais para resolver os desafios globais, ele pode e deve aproveitar a experiência e a escala do setor privado. A comunidade empresarial reafirma seu compromisso com essa colaboração e com a promoção de uma transformação digital inclusiva e significativa.



de usuários ativos de internet em todo o mundo (2023)⁴⁸



em financiamento de soluções GenAI em 2023⁴⁹

Recomendações de políticas para o G20

- R✓** **Recomendação 1 – Atingir conectividade universal de indivíduos e empresas**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20
- R✓** **Recomendação 2 – Proteger indivíduos e organizações e promover confiança digital**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20
- R** **Recomendação 3 – Explorar de maneira responsável o potencial transformador da inteligência artificial**
Nova recomendação e tópico foi não abordado em edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Fernando Cestari de Rizzo, CEO, Tupy

Deputy Chair: Daniel Marques de Moraes, Diretor de Inovação e TI, Tupy

Co-Chairs:

- **Dário Werthein**, Presidente do Conselho de Administração, VRIO / Grupo Werthein
- **Fábio Coelho**, Presidente, Google Brasil
- **Fariba Wells**, Vice-presidente, Kyndryl
- **Kate Purchase**, Diretora Sênior de Governança Internacional de IA, Microsoft
- **K. Krithivasan**, CEO e Diretor Administrativo, Tata Consultancy Services
- **Michael Miebach**, CEO, Mastercard
- **Pablo R. Fava**, CEO, Siemens Brasil
- **Rebecca Enonchong**, Fundadora e CEO, AppsTech
- **Rodrigo Dienstmann**, Presidente LATAM Sul, Ericsson Group

Membros: 181

48 INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION – ITU. **Measuring digital development: facts and figures 2023**. Geneva: ITU, 2023. Disponível em: https://www.itu.int/hub/publication/d-ind-ict_mdd-2023-1/. Acesso em: 18 jul. 2024.

49 CB INSIGHTS. **The generative AI boom in 6 charts**. New York, 2023. Disponível em: <https://www.cbinsights.com/research/generative-ai-funding-top-startups-investors-2023/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

Recomendação 1

Atingir conectividade universal de indivíduos e empresas

Atingir conectividade universal de indivíduos e empresas por meio de regulamentações modernas e parcerias público-privadas que permitam a expansão de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) acessível e resiliente e enderecem as disparidades de uso entre regiões.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Porcentagem de indivíduos que usam a internet⁵⁰ Fonte: União Internacional de Telecomunicações (UIT)	67% (2022)	85% (2027)	 Alinhado com os B20s anteriores
Porcentagem de indivíduos com habilidades digitais básicas, intermediárias e avançadas Fonte: União Internacional de Telecomunicações (UIT)	Básico: 45% Interm.: 31% Avançado: 6% (2023)	Básico: 55% Interm.: 40% Avançado: 10% (2027)	 Alinhado com os B20s anteriores
Porcentagem de Micro, Pequenas e Médias Empresas utilizando plataformas de tecnologia empresarial⁵¹ Fonte: OCDE	50% (2023)	90% (2027)	 Novo Indicador

Policy Action 1.1

Acelerar a expansão e o uso da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação por meio de modernização regulatória e parcerias público-privadas (PPPs) que incentivem investimento, colaboração e competição justa, como modelos de licenciamento que favoreçam compromissos com a expansão da infraestrutura, Fundos de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST ou USFs, *Universal Service Funds*, na sigla em inglês) otimizados e iniciativas de apoio à demanda (ex.: conectividade financiada pelo governo para serviços essenciais).

Policy Action 1.2

Reduzir a disparidade de habilidades digitais entre níveis e grupos demográficos para promover o desenvolvimento de uma população digitalmente alfabetizada, assim como uma força de trabalho e empreendedores preparados para o mundo digital e capazes de utilizar tecnologias digitais com confiança, apoiar a transformação dos negócios e se adaptar a disrupções tecnológicas.

Policy Action 1.3

Promover a transformação digital de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs ou MSMEs, *Micro, Small and Medium Enterprises*, na sigla em inglês) por meio de acesso a financiamento adequado, ambiente regulatório favorável e apoio especializado.

⁵⁰ Proporção de indivíduos que utilizaram a internet de qualquer local nos últimos três meses

⁵¹ Parcela de pequenas e médias empresas que adquirem serviços de computação em nuvem

Recomendação 2

Proteger indivíduos e organizações e promover confiança digital

Proteger indivíduos e organizações e promover confiança digital acelerando inovação e desenvolvimento por meio da harmonização de padrões de cibersegurança e proteção de dados, coordenação da ação internacional de cibersegurança e apoio ao Fluxo Livre de Dados com Confiança (DFFT, *Data Free Flow with Trust*, na sigla em inglês).



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Tempo necessário para identificar e conter um vazamento de dados⁵² Fonte: IBM	277 dias (2023)	200 dias (2027)	 Novo Indicador
Pontuação mínima alcançada por um país do G20 no Global Cybersecurity Index (composto de 20 indicadores) Fonte: União Internacional de Telecomunicações (UIT)	África: 5 Américas: 50 Ásia-Pacífico: 93 Europa: 67 (2020)	90 em todas as regiões (2027)	 Alinhado com os B20s anteriores
Percentual de países com legislação de proteção e privacidade de dados Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)	71%  (2023)	100%  (2027)	 Alinhado com os B20s anteriores

Policy Action 2.1

Fomentar cooperação multilateral para melhoria da ação cibernética internacional – da prevenção, identificação e contenção de incidentes à investigação e ação legal – alavancando padrões harmonizados de cibersegurança e resiliência cibernética.

Policy Action 2.2

Avançar no desenvolvimento do Fluxo Livre de Dados com Confiança partindo das definições existentes e adaptando a abordagem aos membros do G20 a fim de possibilitar inovação, crescimento econômico e bem-estar social e aumentar a confiança em escala global.

52 Soma de dois KPIs: Tempo Médio para Identificar (MTTI) + Tempo Médio para Conter (MTTC)



Recomendação 3

Explorar de maneira responsável o potencial transformador da inteligência artificial

Explorar de maneira responsável o potencial transformador da inteligência artificial (IA), apoiando seu desenvolvimento e adoção, bem como colaborando para alcançar uma ambição compartilhada e princípios comuns de ética, sustentabilidade, segurança e inclusão

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Pontuação mínima alcançada por um país do G20 no Government AI Readiness Index Fonte: Oxfor Insights	África: 18 Américas: 50 Ásia-Pacífico: 61 Europa: 49 (2023)	70 em todas as regiões (2027)	 Novo Indicador

Policy Action 3.1

Fortalecer a colaboração internacional e escalar *frameworks* pró-inovação baseados em gestão de risco para o desenvolvimento, implementação e governança responsáveis da IA, com a finalidade de acompanhar a evolução rápida da tecnologia e do cenário regulatório.

Força-Tarefa de Finanças e Infraestrutura

Por que finanças e infraestrutura são importantes?

Para impulsionar o desenvolvimento global sustentável e justo, nunca foi tão urgente fechar a lacuna crescente no financiamento climático e aproveitar o poder transformador das soluções para emissões líquidas zero. À medida que o mundo se prepara para cumprir as exigências das metas climáticas, a mobilização de capital privado e público para soluções escaláveis de emissões líquidas zero representa um desafio monumental que traz consigo a oportunidade para um crescimento econômico sem precedentes e uma transição justa e inclusiva.

O investimento global em financiamento climático está atualmente muito abaixo do valor necessário para alcançar os objetivos dos ODS. No entanto, existem vários recursos econômicos disponíveis para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, incluindo uma vasta gama de fontes de financiamento, instrumentos financeiros e opções de investimento destinadas a reduzir as emissões e aumentar a resiliência aos impactos das alterações climáticas.

Precisamos deixar de ver o financiamento climático como apenas mais uma dívida que flui para os países, ou como financiamento puramente bancário para projetos climáticos. Em vez disso, devemos encarar o investimento climático como um catalisador que impulsiona o setor privado em grande escala para criar novos defensores, líderes empresariais e novos mercados em setores-chave que definem uma economia líquida zero, tais como uma indústria descarbonizada. Estamos preparando o caminho para um mundo mais resiliente, sustentável e justo, alinhando nossos esforços com padrões e metas internacionais e nos envolvendo continuamente com uma ampla gama de partes interessadas, desde governos e organizações internacionais até investidores privados e a sociedade civil.

5
trilhões

déficit anual global
de financiamento
climático até 2030⁵³

15
trilhões

déficit de investimento
em infraestrutura
até 2040^{54,55}

Recomendações de políticas para o G20



Recomendação 1 – Acelerar a implantação de capital privado para facilitar a transição para uma economia sustentável de baixo carbono

A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20



Recomendação 2 – Aumentar o pipeline de projetos financiáveis e aprovados acelerando os processos de licenciamento para infraestrutura

Nova recomendação, mas o tópico foi abordado em edições anteriores do B20



Recomendação 3 – Fortalecer a integração de Micro, Pequenas e Médias Empresas em Cadeias Globais de Valor

A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Luciana Ribeiro, sócia fundadora, EB Capital

Deputy Chairs:

- Jorge Hargrave, diretor, Maraé Investimentos
- Dr. Luisa Palacios, pesquisadora sênior, Universidade de Columbia

Co-Chairs:

- Gianluca Riccio, presidente do comitê de finanças BIAC, Negócios na OCDE
- Harrison Lung, diretor de estratégia do grupo, E&
- John W.H. Denton, secretário-geral, membro da ICC
- Karen Fang, diretora administrativa, chefe global de finanças sustentáveis, Bank of America
- Embaixador Majid Al Suwaidi, CEO, Alterra; diretor-geral e representante especial, presidência da COP28
- Marc-André Blanchard, vice-presidente executivo e chefe, CDPQ
- Marcelo Marangon, presidente e diretor de país, Citi Brasil
- Vaishali Nigam Sinha, co-fundadora e presidente de sustentabilidade, Renew
- Zhang Xiaolun, presidente, Sinomach

Membros: 136

⁵³ COP28. Declaração dos líderes da COP28 dos Emirados Árabes Unidos sobre um quadro global de financiamento climático. Dubai, 2023. Disponível em: https://www.cop28.com/en/climate_finance_framework. Acessado em: 12 jul. 2024.

⁵⁴ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Diálogo de investidores em infraestrutura do G20 2021. Paris, 2021. Disponível em: <https://web.archive.org/temp/2021-11-12/587199-g20-infrastructure-investors-dialogue-2021.htm>. Acessado em: 18 jul. 2024.

⁵⁵ Iniciativa G20. Previsão das necessidades e lacunas de investimento em infraestrutura. 2024. Disponível em: <https://outlook.gihub.org/>. Acessado em: 18 jul. 2024

Recomendação 1

Acelerar a implantação de capital privado para facilitar a transição para uma economia sustentável de baixo carbono

O B20 e o G20 devem, em conjunto, desempenhar um papel crítico na condução da narrativa de que o foco no investimento climático é um catalisador para acelerar a implantação de capital privado em escala em setores chave, facilitando a transição para uma economia sustentável de baixo carbono. Como forma de atrair capital privado onde o custo de capital ainda não atingiu as condições de mercado, recomenda-se: a) revisar o papel do financiamento do setor público para desenvolvimento (p.ex. MDBs, DFI e ODA); b) abordar as políticas de capital regulatório e das agências classificadoras de risco para o financiamento climático, com foco nas condições necessárias para aumentar substancialmente a mobilização dos fluxos de capital do setor privado para investimentos climáticos que apoiem o crescimento sustentável de longo prazo e uma transição justa nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento (EMDEs), até 2030.

Prioridades da Trilha de Finanças do G20 Brasil
Assuntos do Setor Financeiro
Arquitetura Financeira Internacional
Finanças Sustentáveis

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Fluxo de financiamento concessional em blended finance destinado ao financiamento climático em EMDEs Fonte: Convergence ⁵⁶	US\$ 1 bilhão (2023)	US\$ 25 bilhões (2026-2030)	 Novo Indicador
Índice de Mobilização de Capital Privado (índice de alavancagem) de capital concessional Fonte: Convergence ⁵⁷	1,8 (2023)	9,0 (2030)	 Novo Indicador
Fluxo total de investimento privado para o financiamento climático nas EMDEs Fonte: IMF ⁵⁸	US\$ 195 bilhões (2023)	US\$ 1,6 trilhão (2030)	 Novo Indicador

Policy Action 1.1

Revisar o papel do financiamento de desenvolvimento do setor público (p.ex., MDBs, DFIs e ODA) para melhorar sua eficiência de alocação de capital para o financiamento climático, tornando como objetivo central a mobilização de capital privado para destravar investimentos do setor privado em escala. O foco para essas instituições deve mudar da utilização da capacidade financeira de seu balanço patrimonial para alavancar seus recursos e experiência local para atrair capital do setor privado na fase inicial de diligência e financiamento do projeto, bem como ao longo das fases subsequentes do ciclo de vida do projeto (pós-financiamento).

Policy Action 1.2

Aumentar o investimento de capital privado em soluções climáticas em EMDEs através de reformas do capital regulatório e das políticas das agências classificadoras de risco para ajudar a alcançar um tratamento consistente de transações entre diferentes jurisdições, e o reconhecimento das características de mitigação de riscos de *blended finance* e estratégias de redução de risco, viabilizando assim um aumento das metas de alocação de capital para o financiamento climático em EMDEs.

⁵⁶ Medida que acompanha o montante de financiamento concessional direcionado para projetos relacionados com o clima através de regimes de blended finance em EMDEs anualmente.

⁵⁷ Mede a eficácia do capital concessional na atração de investimentos do setor privado. Especificamente, esse índice calcula quanto capital privado é mobilizado para cada unidade de capital concessional investido.

⁵⁸ Mede o montante anual de financiamento do setor privado direcionado para projetos e iniciativas relacionados ao clima em EMDEs

Recomendação 2

Aumentar o pipeline de projetos financiáveis e aprovados acelerando os processos de licenciamento para infraestrutura

Aumentar o pipeline de projetos financiáveis e aprovados acelerando os processos de licenciamento para infraestrutura que apoie a transição net-zero e seja resiliente ao clima.

Prioridades da Trilha de Finanças do G20 Brasil
Infraestrutura
Tributação internacional

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Lacuna ("Gap") global de financiamento em infraestrutura Fonte: Global Infrastructure Hub ⁵⁹	US\$ 15 trilhões (2018)	US\$ 5 trilhões (2030)	 Novo Indicador
InfraCompass (indicador que mensura as condições para projetos de infraestrutura) Fonte: Global Infrastructure Hub ⁶⁰	43,5/100 (2023)	49,1/100 (2030)	 Novo Indicador

Policy Action 2.1

Cada país deve acelerar o processo de licenciamento de investimentos em infraestrutura que apoie a transição net-zero e seja resiliente ao clima, limitando os tempos máximos de licenciamento, criando um sistema integrado de licenciamento e estabelecendo processos ágeis ("fast-track").

Policy Action 2.2

Os países devem promover a colaboração internacional para avançar a interoperabilidade e agilizar os procedimentos de licenciamento.

⁵⁹ Quantifica o déficit entre o investimento atual em infraestrutura (como estradas, pontes, sistemas de energia e instalações de água) e o valor necessário para atingir as metas econômicas e de desenvolvimento.

⁶⁰ Quantifica objetivamente a qualidade do ambiente de cada país em relação ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura.



Recomendação 3

Fortalecer a integração de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em Cadeias Globais de Valor (CGV)

Fortalecer a integração de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em Cadeias Globais de Valor (CGVs) por meio de maior inclusão financeira e apoio regulatório.



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Gap de Financiamento Formal para MPMEs (mundial) Fonte: Banco Mundial ⁶¹	56% (2019)	30% (2030)	I Alinhado com os B20s anteriores
Parcela de indústrias de pequena escala com empréstimo ou linha de crédito (mundial) Fonte: Banco Mundial ⁶²	30% (2023)	50% (2030)	I Alinhado com os B20s anteriores
MPMEs - registradas no sistema LEI (mundial) Fonte: GLEIF ⁶³	0,05 (2024)	0,53 (2030)	I Novo Indicador

Policy Action 3.1

Simplificar processos administrativos para integração global, aumentando a interoperabilidade entre fronteiras e rever a estrutura regulatória que impacta o acesso das MPMEs ao comércio e financiamento climático.

Policy Action 3.2

Viabilizar “ecossistemas de CGV”, melhorando a produtividade financeira de todas as empresas, especialmente MPMEs, e o acesso ao financiamento e à gestão do capital de giro.

⁶¹ Este KPI quantifica o déficit de serviços financeiros disponíveis para MPMEs em todo o mundo, destacando a diferença entre suas necessidades de financiamento e os fundos disponibilizados.

⁶² Este KPI indica a porcentagem de indústrias de pequena escala em todo o mundo que têm acesso a crédito, por meio de empréstimos ou linhas de crédito.

⁶³ Este KPI mede o número total de MPMEs que se registraram com sucesso para um LEI, fornecendo um código de identidade exclusivo para legalmente diferenciar entidades que se envolvem em transações financeiras.



Força-Tarefa de Integridade e Compliance

Por que integridade e compliance são importantes?

O impacto negativo da corrupção na economia e na sociedade é inegável. A corrupção pode custar à economia global mais de US\$ 3,5 trilhões por ano.⁶⁴ Por outro lado, um combate eficaz da corrupção pode levar a uma melhoria de 20% na segurança alimentar.⁶⁵ Quanto à corrupção relacionada a crimes ambientais, as descobertas da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que o desmatamento ilegal gera entre US\$ 50 e 152 bilhões em lucros anuais para um sindicato do crime organizado. De fato, as práticas corruptas facilitam todos os aspectos dos crimes que afetam o meio ambiente.⁶⁶

O papel de Integridade e compliance evoluiu de uma agenda anticorrupção e antitruste focada para uma perspectiva mais holística, alinhada a princípios ambientais e sociais, adotando tecnologias; evitando assédio e discriminação de qualquer tipo e tornando as empresas mais resistentes a interrupções; adaptando as organizações a desafios imprevistos e mantendo a preparação para lidar com emergências em tempos voláteis e incertos. O impacto prejudicial do comportamento antiético no desenvolvimento econômico e social ressalta a necessidade urgente de colaboração entre o setor privado, as organizações internacionais, as universidades, as organizações não governamentais (ONGs) e o setor privado.

A busca da integridade, da transparência e de um local de trabalho justo e seguro é essencial para os setores público e privado, inclusive para as micro, pequenas e médias empresas. Com o objetivo de avançar as metas prioritárias estabelecidas pelo G20 Brasil e apoiar as empresas em sua jornada rumo à governança corporativa responsável e à liderança ética, o B20 enfatiza que, ao adotar práticas de compliance e integridade, o mundo pode não apenas mitigar riscos, mas também promover o crescimento inclusivo e contribuir para um futuro mais justo e sustentável.

A corrupção pode estar custando à economia mundial mais de

5 trilhões de dólares por ano⁶⁷

22,8%

da força de trabalho sofre assédio no local de trabalho⁶⁸

Recomendações de políticas para o G20



Recomendação 1 – Incentivar a implementação de medidas de integridade e anticorrupção para aprimorar a governança responsável e sustentável nos negócios

A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20



Recomendação 2 – Estimular Ações Coletivas, envolvendo o setor público e as cadeias de valor para promover integridade

A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20



Recomendação 3 – Promover liderança ética para fomentar o crescimento inclusivo

Nova recomendação e tópico foi não abordado em edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Claudia Sender, Conselheira, Gerdau, Embraer, Telefonica e Holcim

Deputy Chair: Fabiana Leschziner, Vice Presidente Executiva, Conselheira Geral e Diretora de Compliance, Embraer

Co-Chairs:

- Ajay Bahl, Co-Fundador e Sócio Gestor, AZB & Partners
- Farzana Mohomed, Diretora de Compliance – IBM, Aveng, Maersk, NEOM
- Gonzalo Guzman, Conselheiro Chefe em Ética e Compliance, Unilever
- Maria Archimbal, Diretora de Compliance, YPF
- Maria Fernanda Garza, CEO, Orestia
- Nicola Allocca, Diretora, Autostrade per l'Itália
- Samantha Padayachee, Gestora Executiva, Vodacom Group

Membros: 144

64 FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. 5 maneiras de os líderes combaterem a corrupção, segundo um especialista em anticorrupção. Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/12/corruption-society-leadership-meet-the-leader/>. Acessado em: 29 mar. 2024.

65 TRANSPARENCY INTERNATIONAL ANTI-CORRUPTION HELPDESK ANSWER. Segurança alimentar e corrupção. Alemanha: Transparency International, 2022. Disponível em: https://knowledgehub.transparency.org/assets/uploads/kproducts/food-security-and-corruption_pr_14.09.2022.pdf. Acessado em: 15 abr. 2024.

66 INSTITUTO DE GOVERNANÇA DE BASEL. Abordando a corrupção ligada a crimes que impactam o meio ambiente de acordo com a resolução UNCAC 8/12. Suíça: Instituto de Governança de Basel, 2023. Disponível em: https://baselgovernance.org/sites/default/files/202rec3-12/271217_wp-50-final.pdf. Acessado em: 15 abr. 2024.

67 FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. 5 maneiras de os líderes combaterem a corrupção, segundo um especialista em anticorrupção. Suíça: Fórum Econômico Mundial, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2023/12/corruption-society-leadership-meet-the-leader/>. Acessado em: 29 mar. 2024.

68 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Transformando empresas por meio da diversidade e inclusão. Suíça: OIT, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_841348.pdf. Acessado em: 21 mar. 2024.

Recomendação 1

Incentivar a implementação de medidas de integridade e anticorrupção para aprimorar a governança responsável e sustentável nos negócios

O estímulo à integridade privada envolve o fornecimento de incentivos para as empresas que efetivamente implementam e aplicam medidas de integridade e anticorrupção, tais como atenuação de penalidades, acesso preferencial a apoio ou serviços governamentais, programas de reconhecimento público e encargos regulatórios reduzidos para aquelas com registros exemplares. Isso também inclui a convergência de padrões e divulgações de sustentabilidade para aumentar a maturidade da governança, garantindo a interoperabilidade e a transparência e adaptando esses padrões adequadamente às micro, pequenas e médias empresas. Além disso, a promoção da adoção de estruturas de integridade e anticorrupção baseadas em práticas comerciais sustentáveis é fundamental para o sucesso a longo prazo.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Porcentagem de países do G20 que possuem uma Agência ou Autoridade Anticorrupção para lidar com casos de corrupção⁶⁹ Fonte: UNODC, UNGC e IAACA	97% (2024)	99% (2030)	I Alinhado com os B20s anteriores
Porcentagem de países do G20 que oferece incentivos para empresas que implementam medidas anticorrupção eficazes⁷⁰ Fonte: OCDE	7% (2024)	99% (2030)	I Novo Indicador
Porcentagem de países do G20 que promovem a nova versão do UNODC/UNGC "Um Programa de ética, Compliance e Anticorrupção para Empresas: Um Guia Prático" Fonte: UNODC/UNCAC CoSP ⁷¹	N/A	99% (2030)	I Novo Indicador

Policy Action 1.1

Incentivar a adoção de medidas de integridade e anticorrupção no setor privado, fortalecendo a governança responsável e sustentável.

Policy Action 1.2

Garantir a convergência dos *frameworks* adotados para os padrões de divulgação de sustentabilidade.

69 Este KPI mede a proporção de países do G20 que têm pelo menos uma agência ou autoridade para lidar com casos de corrupção. Os critérios de KPI são baseados na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC) Art. 36 Este KPI foi adotado anteriormente no B20 Indonésia.

70 Este KPI mede a proporção de países do G20 com incentivos para empresas que adotam práticas anticorrupção robustas. A meta foi estabelecida prevendo-se o engajamento de 95 dos 96 países do G20, uma vez que um país não é signatário da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

71 Este KPI mede a porcentagem de países do G20 que promovem ativamente a versão mais recente do guia, refletindo o compromisso de endossar e implementar as melhores práticas internacionais. A meta foi estabelecida prevendo-se o engajamento de 95 dos 96 países do G20, uma vez que um país não é signatário da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

Recomendação 2

Estimular Ações Coletivas, envolvendo o setor público e as cadeias de valor para promover integridade

A promoção da colaboração entre o setor público, o setor privado e a sociedade civil é essencial para fortalecer a integridade e a resiliência nas cadeias de valor, manter as salvaguardas contra a corrupção e abordar questões ambientais e de direitos humanos. Isso inclui o fortalecimento do envolvimento do governo na Ação Coletiva por meio do desenvolvimento de medidas eficazes, como Pactos de Integridade, Mecanismos de Denúncia de Alto Nível e programas estruturados de educação sobre integridade, bem como o estabelecimento de redes globais de negócios. Além disso, é fundamental desenvolver e empregar métodos baseados em riscos para combater a corrupção, incorporando controles específicos para o uso indevido de recursos de financiamento climático e casos de violações de direitos humanos.



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Porcentagem de países do G20 engajados em iniciativas de Ação Coletiva⁷² Fonte: Basel Institute	45% (2024)	100% (2030)	 Novo Indicador
Índice de Integridade Pública⁷³ Fonte: Centro Europeu de Investigação sobre a Luta contra a Corrupção e a Construção do Estado (ERCAS) e Centro para a Empresa Privada Internacional (CIPE).	6,16 (2023)	8,38 (2030)	 Novo Indicador
Transparency Index⁷⁴ Fonte: Centro Europeu de Investigação sobre a Luta contra a Corrupção e a Construção do Estado (ERCAS) e Centro para a Empresa Privada Internacional (CIPE).	62,76 (2023)	84,53 (2030)	 Novo Indicador
Porcentagem de países do G20 que assumiram o compromisso do Registro Central com Beneficial Ownership Transparency⁷⁵ Fonte: Open Ownership	51% (2024)	88% (2030)	 Alinhado com os B20s anteriores

Policy Action 2.1

Fomentar Ações Coletivas com o setor público, o setor privado e a sociedade civil para promover a integridade e a resiliência nas cadeias de valor.

Policy Action 2.2

Promover a transparência e *accountability* de combate à corrupção de maneira eficaz, tanto no lado da demanda quanto da oferta, reconhecendo condutas inadequadas relacionadas à transição verde, crimes ambientais e violações dos direitos humanos.

72 Este KPI mede a proporção de países do G20 envolvidos em, pelo menos, uma iniciativa de Ação Coletiva em andamento em que o governo está engajado, envolvido ou apoiando.

73 Este KPI mede a pontuação média do Índice de Integridade Pública (IPI) dos países do G20. O IPI permite entender a posição de um país sobre o controle da corrupção usando 6 indicadores baseados em fatos que medem o equilíbrio entre oportunidades e restrições da corrupção.

74 Este KPI mede a pontuação média do Índice de Transparência dos países do G20. O Índice de Transparência mede a transparência mediada por computador, representando a disponibilidade de dados públicos em cada país. Ele faz isso mostrando quais informações os governos se comprometeram a compartilhar (De Jure) e quanto eles realmente compartilham (De Facto). A dimensão De Jure é composta por 6 indicadores, enquanto a dimensão De Facto é composta por 14 indicadores.

75 Este KPI mede a proporção de países do G20 que se comprometeram com a transparência dos beneficiários efetivos, onde os registros centrais estão em operação e onde a Open Ownership está fornecendo suporte em todo o mundo.



Recomendação 3

Promover liderança ética para fomentar o crescimento inclusivo

Promover a liderança ética é fundamental para orientar a sociedade em direção ao crescimento sustentável e inclusivo. Isso envolve estabelecer um tom de respeito e igualdade no local de trabalho e garantir transparência e práticas éticas no desenvolvimento, na implantação e no uso da IA. Incentivar os setores público e privado a manterem locais de trabalho justos e seguros inclui medidas para prevenir e combater o assédio, além de investir em mecanismos de proteção contra denúncias. Melhorar a transparência nos sistemas de IA é essencial por meio do estabelecimento de códigos de conduta e da adesão a estruturas globais. Isso garante o desenvolvimento, a implantação e o uso responsáveis da IA, além de promover a conscientização sobre considerações éticas.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Porcentagem de países do G20 que ratificaram o C-190 da OIT ⁷⁶ Fonte: OIT	23% (2024)	97% (2030)	 Novo Indicador
Índice de Prontidão para IA do Governo – Dimensão Governança e Ética ⁷⁷ Fonte: Oxford Insights	53,49 (2023)	80,12 (2030)	 Novo Indicador

Policy Action 3.1

Garantir um ambiente de trabalho justo e seguro, reforçando as ações contra assédio e discriminação nos setores público e privado.

Policy Action 3.2

Promover a adoção de *frameworks* internacionais para tecnologias e sistemas de IA focando na transparência e comunicação clara com os usuários finais.

⁷⁶ Este KPI mede a proporção de países do G20 que ratificaram a Convenção C-190.

⁷⁷ Este KPI mede a pontuação média da dimensão Governança e Ética dos países do G20. Esta pontuação concentra-se exclusivamente na dimensão Governança e Ética do Índice de Prontidão para IA do Governo e é composta por cinco indicadores-chave: Proteção de dados e legislação de privacidade; Cibersegurança; Qualidade regulatória; Marco deontológico nacional; e Responsabilidade.

Força-Tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura

Por que sistemas alimentares sustentáveis e agricultura são importantes?

Sistemas alimentares de alto desempenho levam a resultados econômicos, ambientais, nutricionais e de saúde positivos. Eles garantem uma dieta saudável e nutritiva, criam meios de subsistência dignos para os produtores e beneficiam a economia. Além disso, ajudam na mitigação e na adaptação às alterações climáticas e protegem a natureza e a biodiversidade. Os sistemas alimentares atuais estão longe desses objetivos, levando à fome e à obesidade, à baixa resiliência aos choques externos e a impactos negativos no clima e na natureza. Se transformados, poderão desempenhar um papel fundamental na resolução dos problemas mais difíceis do mundo, desde as alterações climáticas até meios de subsistência dignos.

O caminho da transformação e o que a alavanca são bem conhecidos: a comunidade global precisa adotar e ampliar práticas agrícolas mais sustentáveis, inovar toda a cadeia agroalimentar, mudar nosso comportamento de consumo e o que consumimos, focar em políticas públicas, criar regulamentações e estruturas robustas e com base na ciência, buscar novas abordagens de financiamento e estimular a colaboração entre os setores público e privado. Os principais desafios são colocar essa transformação em movimento, acionar essas alavancas e coordená-las em nível local e global e no ritmo necessário.

Ao reconhecer a complexidade dessa transformação e o desafio de agir de forma coordenada em nível local e global, a comunidade empresarial tem o compromisso de fornecer recomendações e políticas claras para impulsionar e acelerar essa agenda urgente. A realização de todo o potencial da coordenação e da colaboração público-privada e multilateral nas cadeias agroalimentares será fundamental para acelerar a transição para melhores sistemas alimentares.



do PIB global estão no sistema alimentar mundial⁷⁸



das emissões globais de GEE antropogênicas se originam do sistema alimentar⁷⁹

Recomendações de políticas para o G20

- R✓** **Recomendação 1 – Fomentar o aumento de produtividade por meio de tecnologias sustentáveis**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20
- R1** **Recomendação 2 – Criar modelos inovadores de financiamento para a transição dos sistemas alimentares**
Nova recomendação e tópico foi não abordado em edições anteriores do B20
- R✓** **Recomendação 3 – Fortalecer o sistema de comércio agrícola multilateral centralizado na OMC**
A recomendação está alinhada com as edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Gilberto Tomazoni, CEO, JBS

Deputy Chair:

– Jason Weller, Diretor Global de Sustentabilidade, JBS

– Marcela Rocha, Director, JBS

Co-Chairs:

– Agnes Kalibata, Presidente, AGRA

– Greg Heckman, CEO, Bunge

– Livio Tedeschi, Presidente, CropLife

– Miguel Gularte, CEO Global, BRF

– Pelerson Penido Dalla Vechia, Presidente e CEO, Grupo Roncador

– Rodrigo Santos, Membro do Conselho de Administração e Presidente da Divisão de Ciências Agrícolas, Bayer AG

– Sanjiv Puri, Presidente e Diretor Administrativo, ITC Limited

– Sulaiman Al-Rumaih, CEO, SALIC

– Lyu Jun, Presidente, COFCO

– Ramon Laguarta, CEO, Pepsico

Membros: 134

⁷⁸ FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - WEF. Transformando sistemas alimentares com agricultores: um caminho para a UE. Suíça: WEF, 2022.

⁷⁹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. Sistemas agroalimentares e emissões relacionadas à terra. Roma: FAO, c2023. (FAOSTAT Analytical Brief, 73)

Recomendação 1

Fomentar o aumento de produtividade por meio do desenvolvimento e da ampliação de tecnologias sustentáveis

Fomentar o aumento de produtividade por meio do desenvolvimento e da ampliação de tecnologias avançadas, sustentáveis e resilientes, como agricultura regenerativa, biotecnologias e tecnologias digitais, bem como assistência técnica agrônômica aos produtores, que, combinadas, contribuem com a resolução dos desafios interconectados do clima, do meio ambiente, da resiliência, da segurança alimentar e acessibilidade, e garantem a inclusão dos países menos desenvolvidos (LDCs).

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Agricultura, silvicultura e pesca, valor agregado por trabalhador (US\$ constante de 2015) – Mundo / LDCs⁸⁰ Fonte: Banco Mundial	4,035 / 974 (2019)	6,958 / 1,916 (2030)	 Novo Indicador
Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave (porcentagem da população) – Mundo / LDCs Fonte: FAO	29,5% / 59,3% (2021)	0% / 0% (2030)	 Novo Indicador
Intensidade de emissão de produtos alimentícios⁸¹ (CO₂eq / kg) – Mundo Fonte: FAO	97% (2024)	97% (2024)	 Novo Indicador

Policy Action 1.1

Fomentar a inovação escalável e baseada em evidências científicas, facilitando o acesso dos produtores a novas tecnologias e à assistência técnica agrônômica para lidar com os desafios interconectados do clima, meio ambiente, resiliência, segurança alimentar e acessibilidade. Os membros do G20 devem investir e cooperar para impulsionar a inovação, facilitar o acesso aos benefícios do progresso científico e promover a adoção de inovações em escala global, reconhecendo as realidades e necessidades específicas de cada país.

Policy Action 1.2

Promover um ciclo de crescimento de produtividade de forma equitativa e sustentável. Os membros do G20 devem apoiar o crescimento da produtividade dos LDCs, incentivando inovações sustentáveis e resilientes por meio do compartilhamento de conhecimento, disseminação de tecnologia, desenvolvimento de capacidades e de modelos de financiamento internacionais que garantam uma transformação mais inclusiva do sistema alimentar global, melhorando os meios de subsistência e aumentando a segurança alimentar.

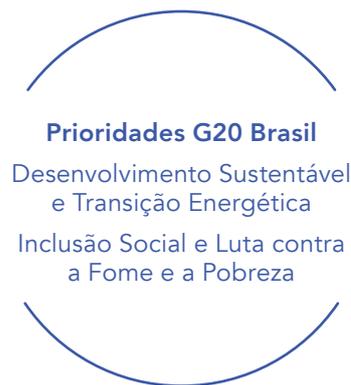
80 Ano de base: 2015, Valores de referência: Mundo US\$ 3.479 | LDCs US\$ 958.

81 As emissões de GEE usadas no cálculo do indicador de Intensidades de Emissões FAOSTAT correspondem àquelas geradas dentro do portão da fazenda. Emissões adicionais de processos de produção e consumo a montante e a jusante e do comércio são excluídas devido à falta de informações granulares necessárias para esta análise.

Recomendação 2

Criar modelos inovadores de financiamento e colaboração para apoiar a transição dos agricultores para sistemas alimentares resilientes e sustentáveis

Criar modelos inovadores de financiamento e colaboração para apoiar a transição dos agricultores para sistemas alimentares resilientes e sustentáveis, garantindo alocação suficiente, eficiente e inclusiva de capital para uma transição rápida e em larga escala monetizar o valor dos serviços ecossistêmicos relevantes fornecidos por práticas agrícolas regenerativas e sustentáveis.



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Financiamento climático para sistemas agroalimentares (US\$ bilhões) – Mundo Fonte: Climate Policy Initiative	28,5 (2020)	297 (2030)	 Novo Indicador
Fluxos totais de desenvolvimento⁸² para a agricultura, Silvicultura e pesca (US\$ bilhões) – Mundo Fonte: OCDE	19,4 (2019)	60,3 (2030)	 Novo Indicador

Policy Action 2.1

Garantir alocação suficiente, eficiente e inclusiva de capital para uma transição rápida e em larga escala. Os membros do G20 devem usar mecanismos de financiamento combinados, melhorar as capacidades e ofertas financeiras – reduzindo riscos e incentivando investimentos – e redirecionar o apoio agrícola para acelerar a transição para sistemas alimentares mais resilientes, sustentáveis e equitativos.

Policy Action 2.2

Monetizar o valor dos serviços ecossistêmicos relevantes fornecidos por práticas agrícolas regenerativas e sustentáveis, incluindo maior resiliência e resultados ambientais. Os membros do G20 devem desenvolver uma estrutura regulatória para acelerar o desenvolvimento de créditos interoperáveis e de alta integridade para serviços ecossistêmicos (ex.: captura de carbono, manejo de solos saudáveis, redução do uso de água doce e da poluição, conservação da biodiversidade etc.).

⁸² Os fluxos de recursos para o desenvolvimento incluem a medição do influxo de recursos para os países receptores por meio da assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) bilateral; Grants; empréstimos de desenvolvimento concessionais e não concessionais por instituições financeiras multilaterais; e outros fluxos oficiais, incluindo empréstimos de refinanciamento, que são considerados para fins de desenvolvimento, mas que têm um elemento de subvenção demasiado baixo para serem qualificados como ODA.



Recomendação 3

Fortalecer o sistema de comércio agrícola multilateral centralizado na OMC

Fortalecer o sistema de comércio agrícola multilateral não discriminatório, inclusivo e equitativo, que seja baseado em regras e centralizado na OMC, para promover a adoção de práticas sustentáveis e melhorar a segurança alimentar. Isto inclui, promover o sistema de comércio multilateral da OMC para alimentos e agricultura, eliminando barreiras que distorcem o mercado e apoiar medidas para permitir a adoção de práticas sustentáveis.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Linha de Base	Meta	Classificação
Importações do G20 afetadas por medidas restritivas Fonte: Organização Mundial do Comércio	11,8% (2023)	Eliminar restrições que não estejam em conformidade com o sistema baseado em ciência e regras da OMC	Novo Indicador
Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave (porcentagem da população) – Mundo / LDCs Fonte: FAO	29,5 / 59,3 (2021)	0% / 0% (2030)	Novo Indicador
Intensidade de emissão de produtos alimentício⁸³ (CO₂eq / kg) – Mundo Fonte: FAO	Com base no tipo de produto	Redução de 43% com base no tipo de produto	Novo Indicador
Participação dos países em desenvolvimento e dos LDCs nas exportações globais (porcentagem das exportações globais) – Países em desenvolvimento / LDCs Fonte: UNCTAD e OMC	43,2% / 1,1% (2022)	50% / 2% (2030)	Novo Indicador

Policy Action 3.1

Promover o sistema de comércio multilateral da OMC para alimentos e agricultura, eliminando barreiras que distorcem o mercado e, ao mesmo tempo, orquestrando a adoção de práticas sustentáveis ao longo do tempo e garantindo a segurança alimentar. Os membros do G20 devem promover a convergência global sobre quais são as práticas, metodologias e taxonomias — baseadas na ciência e em resultados — que compõem um comércio internacional sustentável, ancorado na OMC e em seus órgãos internacionais de definição de padrões.

Policy Action 3.2

Apoiar medidas pragmáticas, baseadas na ciência, para permitir a adoção de práticas sustentáveis e, ao mesmo tempo, facilitar o acesso inclusivo ao mercado dentro dos avanços do sistema de comércio agrícola multilateral baseado em regras da OMC. Os membros do G20 devem promover a adoção de práticas sustentáveis e facilitar o acesso ao mercado, melhorando a eficiência dos órgãos internacionais de definição de padrões e garantindo a transparência por meio de sistemas de rastreabilidade e certificação.

⁸³ As emissões de GEE usadas no cálculo do indicador de Intensidades de Emissões FAOSTAT correspondem àquelas geradas dentro do portão da fazenda. Emissões adicionais de processos de produção e consumo a montante e a jusante e do comércio são excluídas devido à falta de informações granulares necessárias para esta análise.

Conselho de Ação de Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios

Por que mulheres, diversidade e inclusão em negócios são importantes?

Pessoas de grupos sub-representados lutam há muito tempo para serem incluídas na sociedade, causando implicações éticas e comerciais significativas. O B20 de 2024 reconheceu a Diversidade e Inclusão (D&I) como uma questão urgente e crítica, criando um Conselho de Ação dedicado para ajudar os países a implementar políticas públicas que resolvam efetivamente o problema.

Com base no impulso de iniciativas anteriores, esta iniciativa segue o exemplo do Conselho de Ação do B20 da Arábia Saudita para Mulheres nos Negócios em 2020, a Iniciativa Especial do B20 da Itália para o Empoderamento Feminino em 2021 e o Conselho de Ação para Mulheres nos Negócios durante o B20 da Indonésia em 2022. Em particular, o Brasil liderou o caminho em 2024 ao ampliar o escopo para incluir uma abordagem mais ampla e intersetorial à diversidade e inclusão.

A ação de D&I por meio de políticas públicas visa alterar significativamente as muitas desigualdades que afetam determinados grupos anualmente. Trata-se de garantir que os grupos sub-representados, proporcionalmente à sua parcela representativa da sociedade, tenham a oportunidade e os recursos para realizarem todo o seu potencial e alcancem uma representação justa na economia e na sociedade.

Por meio da intensa colaboração de todos os indivíduos e instituições ativamente envolvidos neste Conselho e da coleta de estatísticas baseadas em fatos, bem como de exemplos mundiais de práticas recomendadas, desafios e nuances, e da busca de uma abordagem independente e agnóstica para as questões, este Conselho de Ação apresenta recomendações que se concentram no aumento da representação e na criação de ambientes justos no mercado de trabalho e no setor público, além de promover a inclusão de grupos sub-representados desde a mais tenra idade até a requalificação e a melhoria de competências. Estas recomendações abordam questões estruturais, concebem estratégias de diversidade e inclusão e aproveitam oportunidades educacionais e uma IA livre de preconceitos para apoiar o desenvolvimento abrangente e a capacitação econômica.

As mulheres ganham

\$0,77 para cada dólar

pago aos homens⁸⁴

43 milhões de dólares

Aumento potencial na lacuna de riqueza racial devido ao GenAI^{85,86}

Recomendações de políticas para o G20

- Recomendação 1 – Aumentar a participação de grupos sub-representados**
A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20
- Recomendação 2 – Viabilizar um ambiente de trabalho equitativo**
A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20
- Recomendação 3 – Promover um ambiente inclusivo para o futuro do mercado de trabalho**
A recomendação está parcialmente alinhada com as edições anteriores do B20

Liderança e Membros da Força-tarefa

Chair: Paula Bellizia, Vice Presidente, Amazon Web Services - LATAM

Deputy Chair: Rachel Maia, Fundadora e CEO, RM Consulting

Co-Chairs:

- Diane Wang Shutong, Fundadora, Presidente e CEO, DHgate
- Emily M. Dickens, Chefe Executiva, Diretora de Relações Governamentais e Secretária Corporativa, SHRM
- Marie-Christine Oghly, Presidente Global - FCEM, Vice Presidente, International Chamber of Commerce (ICC)
- Monica Amorim Monteiro, Consultora Executiva da Presidência, CNBC Brasil
- Paula Bibini, Presidente, Nación Servicios
- Suchitra Ella, Co-Fundadora e Diretora Executiva, Bharat Biotech
- Theo Van der Loo, Fundador e Sócio Gerente, Nevele Consulting
- Zeynep Bodur Okyay, Presidente e CEO, Kale Group of Companies

Members: 205

⁸⁴ WORLD BANK GROUP. **Women, business and the law 2024**. Washington: WBG, 2024.

⁸⁵ Nos EUA, a distribuição racialmente desigual da nova riqueza criada pelo GenAI poderia aumentar a lacuna de riqueza entre as famílias negras e brancas em 43 bilhões de dólares anualmente até 2045.

⁸⁶ BROWN, Jan Shelly et al. O impacto da IA gerativa nas comunidades negras. Chicago: McKinsey, 2023.

Recomendação 1

Aumentar a participação de grupos sub-representados

Aumentar a participação de grupos sub-representados em todo o mercado de trabalho e no setor público, agindo em problemas estruturais, mapeando e monitorando adequadamente KPIs selecionados e elaborando estratégias para enfrentar os desafios de D&I.

Prioridades G20 Brasil
Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética
Inclusão Social e Luta contra a Fome e a Pobreza

Key Performance Indicators

Principais KPIs	Não mensurado	Mensurado	Linha de Base	Meta	Classificação
Desequilíbrio de gênero no trabalho não remunerado⁸⁷ Fonte: OCDE	–	Gênero (Mulheres)	67% 2022	62% 2030	Alinhado com os B20s anteriores
Participação de grupos sub-representados na força de trabalho⁸⁸ Fonte: OCDE	Raça/Etnia Deficiência Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres)	71% 2022	77% 2030	Alinhado com os B20s anteriores

Policy Action 1.1

Criar diretrizes e promover o mapeamento e o monitoramento dos KPIs estratégicos de grupos sub-representados (em termos de gênero, etnia, idade, raça, deficiência, religião, condições socioeconômicas, entre outros) nos países do G20; designar uma entidade para impulsionar e promover a continuidade da agenda nacional de D&I em nível nacional, à luz das recomendações do G20; e definir estratégias adaptadas à profundidade e nuances dos desafios de D&I para cada setor/profissão, bem como voltadas às culturas locais.

Policy Action 1.2

Atuar sobre os desafios estruturais das mulheres – direitos iguais e fundamentais, economia do cuidado, licenças para assistência à família e disparidade nos serviços de saúde – dedicando atenção especial à interseccionalidade, implementando políticas públicas, alocando orçamento e criando campanhas de conscientização para aumentar a participação das mulheres na política, nas funções públicas, no setor público e na força de trabalho do setor privado, levando em consideração circunstâncias, regulamentações e políticas nacionais.

⁸⁷ Porcentagem do tempo que as mulheres gastam a mais do que os homens em trabalho não remunerado.

⁸⁸ Porcentagem de pessoas na força de trabalho em relação à população total por grupo.

Recomendação 2

Viabilizar um ambiente de trabalho equitativo

Viabilizar um ambiente de trabalho equitativo, no qual pessoas de grupos sub-representados possam se desenvolver, prosperar e ser devidamente reconhecidas e economicamente empoderadas, seja em carreiras corporativas ou no empreendedorismo (formal ou informal).



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Não mensurado	Mensurado	Linha de Base	Meta	Classificação
Participação de líderes diversos na alta e média gerência ⁸⁹ Fonte: OIT	Raça/Etnia Deficiência Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres)	33% 2022	40% 2030	Alinhado com os B20s anteriores
Desigualdade salarial dos grupos sub-representados ⁹⁰ Fonte: OCDE	Raça/Etnia Deficiência Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres)	12% 2022	7% 2030	Novo Indicador
Participação de empreendedores diversos ⁹¹ Fonte: alguns dados já são coletados por algumas organizações internacionais, mas não de forma abrangente em todos os países do G20	Raça/Etnia Deficiência Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres)	–	–	Alinhado com os B20s anteriores

Policy Action 2.1

Implementar mecanismos (incentivos, alianças e reconhecimentos) que engajem efetivamente as empresas na adoção e priorização de políticas de D&I, tais como abordar disparidades salariais, incorporar princípios de D&I em toda a estratégia de negócios, elaborar relatórios sobre planos de ação de D&I, investir no desenvolvimento de carreira de grupos sub-representados e engajar toda a liderança (incluindo aqueles que não fazem parte de grupos sub-representados) na agenda de D&I.

Policy Action 2.2

Impulsionar o empoderamento empreendedor para grupos sub-representados por meio de financiamento, área de compras atenta à diversidade e incentivos do setor privado – desde *startups* formais até empreendimentos individuais informais – proporcionando acesso financeiro, soluções de crédito customizadas (p.ex., incentivar instituições financeiras a desenvolver políticas de crédito com sistema de pontuações específicas para grupos sub-representados), *networking* no mercado e programas de mentoria.

89 Porcentagem de líderes diversos na alta e média gerência em relação ao total de cargos

90 Diferença percentual entre a mediana da renda de funcionários diversos e não diversos em relação à mediana da renda de funcionários não diversos.

91 Porcentagem de perfis diversos entre empreendedores.



Recomendação 3

Promover um ambiente inclusivo para o futuro do mercado de trabalho

Promover um ambiente inclusivo para o futuro do mercado de trabalho, proporcionando oportunidades educacionais adequadas e suporte abrangente (p.ex., nutrição) para pessoas de grupos sub-representados, e alavancando IA livre de vieses.



Key Performance Indicators

Principais KPIs	Não mensurado	Mensurado	Linha de Base	Meta	Classificação
População jovem e diversa que não tem emprego, educação ou treinamento (NEET, na sigla em inglês)⁹² Fonte: OCDE	Raça/Etnia Deficiência Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres)	16% (2022)	10% (2030)	 Novo Indicador
Proporção de alunos diversos formados em disciplinas relacionadas a STEM⁹³ Fonte: OIT (cobertura muito baixa dos países do G20)	Raça/Etnia Deficiência Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres)	–	–	 Alinhado com os B20s anteriores
Proporção de programadores diversos⁹⁴ Fonte: Stack Overflow por meio de uma pesquisa aberta	Condições socioeconômicas	Gênero (Mulheres) Raça/Etnia Deficiência	–	–	 Novo Indicador

Policy Action 3.1

Assegurar orçamento público adequado para oferecer suporte abrangente (p.ex., nutrição, transporte e ferramentas de aprendizagem) e acesso equitativo à educação (em tópicos como alfabetização tecnológica, raciocínio analítico, adaptabilidade, alfabetização financeira, STEM e D&I) visando estudantes de baixa renda, com deficiência e outros grupos sub-representados, desde a primeira infância até a capacitação e requalificação.

Policy Action 3.2

Assegurar a implementação responsável de IA livre de vieses por meio de comitês e alianças entre empresas dos setores público e privado (especialmente grandes empresas de tecnologia), coordenando com empresas que desenvolvem modelos, investindo em casos de uso que promovam D&I, e incentivando as empresas a incluir e desenvolver profissionais de grupos sub-representados.

⁹² Porcentagem de jovens diversos na população (15-29 anos) que atualmente não estão em programas de emprego, educação ou treinamento.
⁹³ Porcentagem de alunos diversos que se formam em disciplinas relacionadas a ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM).
⁹⁴ Porcentagem de programadores diversos na força de trabalho de desenvolvimento.





SEÇÃO 3 – LEGADO DO B20 BRASIL



LEGADO DO B20 BRASIL

O Legado do B20 Brasil tem como objetivo impulsionar mudanças positivas e promover a colaboração entre os setores público e privado após o ciclo do B20 Brasil, garantindo a continuidade do impacto em torno do tema abrangente do B20 Brasil – “**Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável**” – e seus cinco princípios orientadores: i) promover o crescimento inclusivo e combater a fome, a pobreza e as desigualdades; ii) acelerar uma transição justa para emissões líquidas zero; iii) aumentar a produtividade por meio da inovação; iv) reforçar a resiliência das cadeias globais de valor; e v) valorizar o capital humano.

Para atingir esse objetivo, o Legado do B20 Brasil baseia-se em três pilares, cada um visando aspectos específicos de continuidade e impacto:

1. B20-B20

O que é? Transferência para continuidade do impacto e da governança.

Por quê? A continuidade na governança e no impacto é essencial para manter o dinamismo das iniciativas lançadas pelo B20 Brasil. Este pilar visa garantir que os esforços do B20 Brasil possam ser facilmente aproveitados nas futuras edições do B20, ao mesmo tempo que reduz o tempo de maturação esperado para ciclos sucessivos.

Como? Compartilhando processos, políticas de governança e ferramentas com o ciclo 2025 do B20 África do Sul.

2. B20-Sociedade

O que é? Iniciativas de Legado orientadas para a ação.

Por quê? O setor privado desempenha um papel central na promoção do crescimento econômico e no enfrentamento dos desafios globais. As iniciativas orientadas para a ação demonstram o compromisso real das empresas e instituições com o desenvolvimento sustentável e inclusivo, geram resultados tangíveis e fortalecem a cooperação entre o G20 e o B20.

Como? Articulando o desenvolvimento de iniciativas lideradas por instituições comprometidas que abordam os desafios em torno dos princípios orientadores do B20, apoiando essas instituições na implementação dessas iniciativas e formalizando compromissos para garantir a continuidade de seu impacto.

3. B20-Brasil

O que é? Recomendações para o setor privado brasileiro e outras partes interessadas relevantes.

Por quê? É crucial que o B20 Brasil contribua para uma mudança real no cenário nacional e aproveite os resultados do B20 para enfrentar os principais desafios e alcançar um impacto local e global significativo em direção ao desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Como? Mapeando e envolvendo entidades do setor privado e público para impulsionar a ação sobre questões prioritárias como potenciais responsáveis por iniciativas destinadas ao desenvolvimento nacional.



ANEXO 1

– SUMÁRIO DE RECOMENDAÇÕES

Forças-Tarefas e Conselho de Ação	Princípios Orientadores	1. Promover o crescimento inclusivo e combater a fome, pobreza e desigualdades	2. Promover uma transição justa para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa	3. Aumentar a produtividade por meio da inovação	4. Promover a resiliência das cadeias globais de valor	5. Valorizar o capital humano
Força-tarefa de Comércio e Investimento	<p>Recomendações</p> <p>Melhorar a governança do comércio e do investimento</p> <p>Promover o comércio e o investimento sustentáveis e resilientes</p>	<p>1.1. Garantir uma transformação global inclusiva dos sistemas alimentares para apoiar o crescimento da produtividade, as finanças e o comércio</p> <p>1.2. Diversidade e inclusão em todas as estratégias setoriais</p>	<p>2.1. Garantir uma transição justa para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa</p> <p>2.2. Financiar a transição para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa</p>	<p>3.1. Melhorar as aplicações setoriais de tecnologias digitais e inteligência artificial</p> <p>3.2. Promover o comércio global por meio de um Fluxo Livre de Dados com Confiança e Cooperação Internacional</p>	<p>4.1. Financiar Micro, Pequenas e Médias Empresas</p> <p>4.2. Permitir a Sustentabilidade e a Resiliência nas Cadeias Globais de Valor por meio do Comércio</p>	<p>5.1. Força de trabalho inclusiva, produtiva e resiliente</p>
Força-tarefa de Emprego e Educação	<p>Tornar mais eficientes o comércio e do investimento</p> <p>Preparar uma força de trabalho resiliente e produtiva para o futuro do trabalho</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>
Força-tarefa de Transição Energética e Clima	<p>Garantir uma força de trabalho diversificada, inclusiva e adaptável</p> <p>Fomentar a inovação e o crescimento sustentável</p> <p>Acelerar o desenvolvimento e o uso de portfólio de soluções de energia renovável e sustentável</p> <p>Dobrar a eficiência energética, promovendo a eficiência dos recursos e a economia circular</p> <p>Promover Soluções Climáticas Naturais eficazes para mitigar as mudanças climáticas e melhorar a biodiversidade</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>
Força-tarefa de Transformação Digital	<p>Atingir conectividade universal de indivíduos e empresas</p> <p>Proteger indivíduos e organizações e promover confiança digital</p> <p>Explorar de maneira responsável o potencial transformador da inteligência artificial</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>
Força-tarefa de Finanças e Infraestrutura	<p>Acelerar a implantação de capital privado em escala para facilitar a transição para uma economia sustentável de baixo carbono</p> <p>Aumentar o pipeline de projetos financeiros e aprovados acelerando os processos de licenciamento para infraestrutura</p> <p>Fortalecer a integração de Micro, Pequenas e Médias Empresas em Cadeias Globais de Valor</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>
Força-tarefa de Integridade e Compliance	<p>Incentivar a implementação de medidas de integridade e anticorrupção para aprimorar a governança responsável e sustentável nos negócios</p> <p>Estimular Ações Coletivas, envolvendo o setor público e as cadeias de valor para promover integridade</p> <p>Promover a liderança ética para fomentar o crescimento inclusivo</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>
Força-tarefa de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Agricultura	<p>Fomentar o crescimento da produtividade por meio de tecnologias sustentáveis</p> <p>Criar modelos inovadores de financiamento para a transição dos sistemas alimentares</p> <p>Fortalecer o sistema de comércio agrícola multilateral centralizado na OMC</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>
Conselho de Ação Mulheres, Diversidade e Inclusão em Negócios	<p>Aumentar a participação de grupos sub-representados</p> <p>Viabilizar um ambiente de força de trabalho equitativo</p> <p>Promover um ambiente inclusivo para o futuro do mercado de trabalho</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p>	<p>✓</p> <p>✓</p> <p>✓</p>





ANEXO 2

– PARCEIROS DO B20



Principal Parceiro
**McKinsey
 & Company**

Parceiros de Conhecimento



Parceiros de Rede



